



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL
EMEDUCAÇÃO DO CAMPO**

VIVIANE DOS SANTOS SANTANA

**“ELAS RESISTEM!”: AS MULHERES NEGRAS CAMPESINAS DE DIÓGENS
SAMPAIO EM AMARGOSA-BA E SUAS PRÁTICAS ANCESTRAIS.**

Amargosa/BA
2024

VIVIANE DOS SANTOS SANTANA

“ELAS RESISTEM”!: AS MULHERES NEGRAS CAMPESINAS DE DIÓGENS SAMPAIO EM AMARGOSA-BA E SUAS PRÁTICAS ANCESTRAIS.

Relatório final apresentado ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Formação de Professores (CFP), como requisito para obtenção do grau de mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Gomes Dornelles Avelino

Amargosa/ BA

2024

VIVIANE DOS SANTOS SANTANA

“ELAS RESISTEM”!: AS MULHERES NEGRAS CAMPESINAS DE DIÓGENES SAMPAIO EM AMARGOSA-BA E SUAS PRÁTICAS ANCESTRAIS.

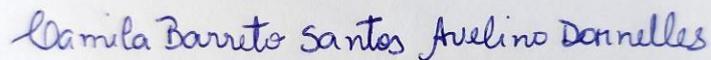
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Priscila Gomes Dornelles Avelino – Orientadora
PPGEDUCAMPO – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB



Profa. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi – Examinadora Interna
PPGEDUCAMPO – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Profa. Dra. Camila Barreto Santos Avelino Dornelles – Examinadora Externa
Instituto Federal de Alagoas - IFAL



Profa. Dra. Máira Lopes dos Reis – Examinadora Externa Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia – UFRB

AGRADECIMENTOS: A PALAVRA GRATIDÃO ME DEFINE

Nestas breves linhas, como mulher preta do campo, carrego comigo a resiliência, a fé, a resistência e a coragem como referências que me constituíram. Trago, também, pessoas, pertencimento a um território cheio de músicas, de gestos, de referências culturais e vários caminhos trilhados para chegar até aqui. Gratidão a Deus, porque até aqui, mim ajudou o senhor!

A minha amiga Marly Nunes, por tudo e por tanto. Por carregar em si essa alegria, força, coragem e um colo amigo, nos momentos de alegria e tristeza. Obrigada, minha mestra (risos).

A cada morador/ ra da minha comunidade de Diógens Sampaio, por contribuirem e acolherem na realização dessa pesquisa.

A cada mulher negra que colaborou de forma direta e indireta para efetivação desta pesquisa. Em especial as da associação Dona Flor da comunidade de Diógens sampaio, Amargosa – Bahia.

A minha orientadora Priscila Dornelles, por sempre segurar em minha mão, independentemente da distância e dos momentos, sempre tem uma palavra amiga e boas orientações. Seus conselhos, eu levarei na memória por toda vida!

As/os colegas da Turma Dandara, turma 10, e à Coordenadora do Programa de Mestrado em Educação do Campo, que atrevo-me a chamar carinhosamente de Kiki.

As/os Professorxs deste Programa de Mestrado, por ampararem-me nos momentos tão delicado de minha vida.

Ao Professor Prof. Dr. Carlos Adriano pela acolhida, em sua turma, para realizar o tírocínio e à parceria da colega Profa. Deise Galvão.

A minha Família!

A Nanda, pela amizade, amor, cuidado e conselhos!

A Dani sales, pelo carinho, parceria e amizade! A Camila pela compreensão e parceria. A Vânia Rodrigues (galega) e Tácio, pela parceria!

A minha avó Gardelina (in memória) e todos/todas ancestrais.

Meu caminhar é leve, por saber que tenho vocês, que contribuíram cada um na sua particularidade, para que esse momento acontecesse.

RESUMO

Este relatório final de pesquisa apresenta as dimensões da pesquisa constituída no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, referenciado na linha 3 por priorizar as dimensões de cultura, raça e gênero como proposições condutoras de modos de representar o campo brasileiro e o campesinato. Por meio deste trabalho de mestrado profissional, vim a possibilidade de afirmar as potencialidades e ancestralidades campesinas, através da referência ancestral de mulheres negras no distrito de Diógenes Sampaio e seus conhecimentos e saberes negros e do campo. Essa pesquisa objetivou perceber o quão presente é o saber tradicional na vida das pessoas do campo. Contudo, estas referências cosmológicas dos territórios do campo não são tratadas como saberes possíveis para as escolas do campo. A partir da escuta das narrativas das mais velhas, com inspirações em caminhos autobiográficos, conhecemos a história do território, o seu processo de formação e o desenvolvimento colonialista marcado pela produção e exploração dos produtos agrícolas. Narrar as memórias, os saberes e as práticas educativas cotidianas de mulheres negras da comunidade do campo de Diógenes Sampaio localizada em Amargosa/BA, significa registrar estes modos de contra-colonizar, movimentos de produção política comunitária protagonizada por mulheres negras. A pesquisa se constitui em uma perspectiva qualitativa e priorizou a participação de mulheres negras pertencentes ao distrito, que desempenham ou desempenharam fazeres relevantes na e para a comunidade. O campo investigativo ocorreu através de rodas de conversas e da gravação destes diálogos com a autorização ética das protagonistas, de modo a escutarmos sobre a relevância do gênero e da raça nas práticas dos saberes e fazeres tradicionais no cotidiano dessas mulheres. Como, por exemplo, o trabalho artesanal com bordados, crochês, tricôs, panelas de barro, etc. Além do conhecimento e o uso das ervas medicinais, as rezas, a culinária, dentre outras. Pensando no impacto do racismo e do sexismo nas vivências dessas mulheres, as narrativas permitem inferir que as mulheres negras apresentam compreensão sobre os saberes e fazeres das nossas ancestrais na comunidade, considerando o racismo e o sexismo como marcadores sociais estruturantes na sociedade moderna. No final desta pesquisa, foram elaborados dois produtos: os cadernos didáticos e um audiovisual disponibilizado no canal o youtube https://www.youtube.com/watch?v=byoqq7YFj_0, que contribuirá como ferramenta pedagógica e fortalecimento da Educação do Campo, para formação pedagógica de líderes sindicais e associações. Desse modo, esta pesquisa buscou fortalecer o movimento das mulheres negras do campo e de Diógenes Sampaio.

Palavras Chaves: Educação do Campo; Mulheres Negras; Rodas de conversa; Raça; Gênero, Ancestralidade.

ABSTRACT

This final research report presents the dimensions of the research carried out in the Professional Master's Degree Program in Field Education at the Federal University of Recôncavo da Bahia, referenced in line 3 for prioritizing the dimensions of culture, race and gender as guiding propositions for ways of representing the Brazilian countryside and peasantry. Through this professional master's work, I saw the possibility of affirming the potential and ancestry of the peasantry, through the ancestral reference of black women in the district of Diógenes Sampaio and their black and rural knowledge and know-how. This research aimed to understand how present traditional knowledge is in the lives of rural people. However, these cosmological references from rural territories are not treated as possible knowledge for rural schools. By listening to the narratives of the elders, inspired by autobiographical paths, we learned about the history of the territory, its formation process and colonialist development marked by the production and exploitation of agricultural products. Narrating the memories, knowledge and everyday educational practices of black women in the rural community of Diógenes Sampaio, located in Amargosa/BA, means recording these ways of counter-colonizing, movements of community political production led by black women. The research is based on a qualitative perspective and prioritized the participation of black women belonging to the district, who perform or have performed relevant tasks in and for the community. The investigative field took place through conversation circles and the recording of these dialogues with the ethical authorization of the protagonists, in order to hear about the relevance of gender and race in the practices of traditional knowledge and crafts in the daily lives of these women. For example, handicrafts such as embroidery, crochet, knitting, clay pots, etc. As well as the knowledge and use of medicinal herbs, prayers, cooking, among others. Thinking about the impact of racism and sexism on these women's experiences, the narratives allow us to infer that black women have an understanding of the knowledge and activities of our ancestors in the community, considering racism and sexism as structural social markers in modern society. At the end of this research, two products were produced: the didactic notebooks and an audiovisual made available on the YouTube channel https://www.youtube.com/watch?v=byoqq7YFj_0, which will contribute as a pedagogical tool and strengthen Rural Education, for the pedagogical training of union leaders and associations. In this way, this research sought to strengthen the movement of black rural women and Diógenes Sampaio.

Keywords: Rural Education; Black Women; Conversation circles; Race; Gender, Ancestry.

LISTA DE SIGLAS

AVC – Acidente vascular cerebral

CFP – Centro de Formação de Professores

ERER – Estudos em Educação Etnico Racial

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística

PT – Partido dos Trabalhadores

PROPAAE – Pró-reitoria de ações afirmativas e assuntos estudantis

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste Baiano

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

TABELAS

Tabela 01	Requisito Escolaridade da comunidade de Diógens Sampaio	13
Tabela 02	Requisito Cor ou Raça da Comunidade de Diógens Sampaio.....	13
Tabela 03	Oficinas realizadas na comunidade de Diógens Sampaio.....	36

LISTA DE FOTOS

Foto 01	Comunidade Campesina de Diógens sampaio.....	26
Foto 02	Mulheres na colheita do amendoim- agricultura familiar.....	58
Foto 03	Mulher da associação na confecção de roupas.....	60
Foto 04	Roda de Conversa: oficina Gênero na Sociedade Moderna.....	61
Foto 05	Roda de conversa: Educação do Campo e Ancestralidade.....	64
Foto 06	Confecção da colcha de retalhos.....	65
Foto 07	Mulheres da associação Dona Flor na feira cultural no Congresso de dez anos do Mestrado Profissional em Educação do Campo.....	66

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO: DAS MEMÓRIAS E MARCAS DA INFÂNCIA	11
1.1	DAS MEMÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO E DAS APRESENTAÇÕES AO RACISMO.....	18
1.2	MEU PEDACINHO NEGRO CAMPESINO DE BRASIL: DIÓGENES SAMPAIO – AMARGOSA/BA E AS CATEGORIAS ANALÍTICAS DAS MEMÓRIAS, MULHERES NEGRAS, EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ANCESTRALIDADE	27
1.3	DAS DIMENSÕES METODOLÓGICAS	32
1.4	O TIPO DA PESQUISA.....	32
1.5	INSTRUMENTOS DA PESQUISA E CAMINHOS PERCORRIDOS	34
1.6	DAS DIMENSÕES ÉTICAS DA PESQUISA	35
2.	DAS MEMÓRIAS: MULHERES NEGRAS, EDUCAÇÃO DO CAMPO ANTIRRACISTA E ANCESTRAL.....	37
2.1	EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA QUEM?.....	37
2.2	COLONIALIDADE, RAÇA E GÊNERO.....	44
2.3	DESCOLONIZAR/CONTRA-COLONIZAR ECOANDO A VOZ DAS MULHERES NEGRAS CAMPESINAS.....	48
2.4	MULHERES NEGRAS: PROTAGONISTAS ANCESTRAIS.....	52
3.	AS PRÁTICAS ANCESTRAIS DAS MULHERES DE DIÓGENES SAMPAIO: O QUE NÃO TE FALARAM SOBRE NÓS	59
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
6.	ANEXOS	80
6.1	APÊNDICE 1 – Roteiro da entrevista narrativa/Roda de conversa	80
6.2	APÊNDICE 2 – Roteiro da entrevista narrativa/Gravação do vídeo audiovisual	82
6.3	APÊNDICE 3 – Roteiro da entrevista narrativa/Gravação do vídeo audiovisual	83

1. INTRODUÇÃO: DAS MEMÓRIAS E MARCAS DA INFÂNCIA

Recorro à memória e às vivências para narrar, nesta produção acadêmica, a minha perspectiva posicionada como mulher negra, bem como a de cada mulher que colaborou para a efetivação deste trabalho de forma direta e/ou indireta.

Evoco, inicialmente, a potencialidade intelectual de Leda Martins (1997) nos seus escritos de Afrografias da memória que conceitua a memória como insinuante, que se esvieza nas falas, se esvazia e se preenche de sentido, como um lugar minucioso, contudo subjetivo e marcado pelas dimensões sociais.

Enquanto Morrison (2020), traz a memória como uma história contada e entremeadada de lembranças e recriações ficcionais, que ambas memória e ficção se abraçam e, muitas vezes, esse abraço é tão completo que uma não vive sem a outra. As concepções de memória acionadas na produção destas autoras se intercalam, representando nossas memórias através das narrativas, do encontro das ancestralidades e das gerações. Para elas as memórias chegam sem aviso.

Leda Martins (1997), denominou os atos de fala e de performance dos congadeiros de oralitura, matizando neste termo a singular inscrição do registro oral que representa o sujeito no território narratório e enunciativo de uma nação.

Desse modo, pensando em minha trajetória, em meados da década de oitenta, eu nascia pelas mãos de uma parteira negra, na comunidade de Diógenes Sampaio em Amargosa/BA. Sou filha caçula dos sete filhos do popular sanfoneiro da região Sr. Paciência (in memoriam) e de Dona Jaci. Minha mãe é mulher camponesa, cheia de brilho e de garra, inclusive a chamo com carinho “minha cacto”, pois resiste às diversas tempestades e continua florescendo, multiplicando amor na nossa família e por onde passa.

Desde criança, dentro da simplicidade da minha família, dialogávamos sobre nossa negritude. A forma com que as pessoas nos olhavam, nos recebiam e os perigos que poderíamos viver fora do nosso lar por sermos pretos/as, era algo partilhado e orientado de diferentes modos desde cedo.

Do jeito dele e dela, meus pais comentavam que nós éramos negros/as e que tudo para nós seria diferente, como exemplo, falava-se que se algum/a branco/a fizesse algo que a sociedade compreendia como errado e um/uma de nós estivesse presente, certamente, seríamos acionados/as como os/as culpados/as e punidos/as e não as

peças brancas. Por essa razão, deveríamos selecionar muito bem os lugares onde iríamos, as ruas por onde seguiríamos e as pessoas com quem partilhávamos a vida, para não torná-la mais perigosa e vulnerável.

Através da escrita, rememoro e componho minhas escrevivências e me reposiciono. Já sinto as saudades da minha infância, pois foi o melhor período da minha vida, um momento único e mágico. Como nos fala Conceição Evaristo (2020), a escrevivência é o ato de escrever sobre nós, um ato de defesa de direitos, de formação, tanto para as mulheres negras que escrevem, quanto para as que as lêem.

Com os conselhos dos meus pais, seguia minha vida sorrindo, brincando de diversas formas, com bonecas, de pula corda, de carrinhos, de pega-pega, de bola e amava cavalgar. Era minha prática predileta! Passear pela vizinhança no lombo do jumento carinhosamente denominado de “faceiro”. Minha mãe sempre falava: “ – Esse jumento ainda vai te derrubar!”, em resposta a ela, eu apenas sorria e continuava brincando.

As noites eram encantadoras! Minha mãe colocava a esteira na frente da casa para admirarmos o céu e escutarmos as suas contações de histórias. Ficávamos admirados/as com seus contos, como a história da Maria Borracheira e a da Elisa. Eram histórias cheias de magia e suspense, que adormecíamos - eu e meus irmãos mais novos - no colo das irmãs mais velhas.

Nas noites nas quais não escutávamos as histórias da minha mãe, estávamos sentadas ao lado do meu pai admirando ele tocar cavaquinho ou sanfona e aproveitávamos para dançar e brincar ao som das cantigas de roda. Fazíamos o papel de *backing vocal* (risos), quando ele tocava a música que tanto gostava de cantar: “- Madalena, Madalena, você é meu bem querer, meu bem querer, eu vou falar pra todo mundo, vou falar pra todo mundo que só quero você...¹”.

Somos uma família que sempre teve poucos recursos financeiros, mas éramos ricos de amor e de paz. No nosso quintal, sempre tinham muitas frutas, muitos legumes e verduras. Laranja, manga, siriguela, abacaxi, cajá, caju, abacate, abóbora, melancia, jabuticaba, aipim, alface, cebolinha, coentro, dentre outros. O que não permitia faltar comida em nossa mesa, tampouco na mesa dos nossos vizinhos. A cada amanhecer, meus pais estavam na lavoura e cuidando dos animais.

Criávamos cabras e bois. Íamos para a lavoura com eles no nosso quintal, ou nos

¹ Música intitulada Madalena do Jucu, cantada e gravada pelo cantor Martinho da Villa, em 1989, mas que conta com várias versos de domínio público feitas no Espírito Santo.

territórios de outras pessoas que eles plantavam “a meia²” por opção própria, pois não achávamos justo eles trabalharem sozinhos sendo que poderíamos ajudá-los. A perspectiva era de seguirmos juntos. Porém, eles sempre falavam: “- Voltem para casa meninos/as! Não estudar!”. Para meus pais a educação era essencial na vida de uma pessoa, e por isso eles a pririzavam em nossas vidas.

Na comunidade nem sempre presenciávamos essa realidade, é o que nos relata o senhor Vadir lavrador, auto-declarado pardo, aposentado, que nasceu e cresceu na comunidade, assim como sua esposa Maria da Paz, aposentada, autodeclarada parda. Eles narravam que a primeira escola da comunidade era denominada de “Casarão”, propriedade pertencente ao senhor Constantino, tendo como professora, Dona Helena.

Salientavam, que nem todas as mulheres da comunidade estudavam, pois era necessário a autorização dos seus pais. Segundo eles, as filhas não podiam aprender a ler e a escrever para não escreverem cartas para seus namorados e/ou pretendentes.

Assim, o acesso à educação não era garantido pelo estado para os sujeitos do campo e, sim, constituído a partir de políticas da própria comunidade que envolviam a ampliação também da gestão política dos donos de terra sobre as comunidades, bem como envolviam as compreensões política e binária de gênero do que podem ou não os corpos femininos e masculinos.

Realidade que relaciono com o pensamento de Ângela Davis quando nos traz através do relato de uma mulher negra onde ela descreve que nenhuma de nós estava autorizada a ler um livro ou tentar aprender. “Eles diziam que ficávamos mais espertas que eles, se aprendessemos alguma coisa, mas nós fugíamos e com o velho livro azul escondíamos-lo até tarde da noite e, então, com a luz de uma pequena tocha, estudávamos-lo. Aprendemos agora para ler e escrever alguma coisa” (DAVIS, 2018 p.76). Percebo que são contextos territoriais tão distantes e realidades de classe, raça e gênero tão iguais, onde o direito à educação institucionalizada nos era negada.

Ainda sobre a educação, na tabela abaixo, trago o número de alfabetizados por gênero referente a comunidade de Diógenes sampaio – Amargosa-BA , onde percebemos que trata-se apenas da alfabetização, sem citar a possibilidade de avanços dessa mulher nos outros níveis de ensino. É como se estagnassem apenas na alfabetização.

² Trabalho desenvolvido na terra cedida pelo proprietário, onde tem os lucros da lavoura divididos em partes iguais

Tabela 1383 - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo		
Variável - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)		
Distrito - Diógenes Sampaio - Amargosa (BA)		
Ano - 2010		
Sexo		
Total	Homens	Mulheres
69,9	67,8	72
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		

Tabela 01- Taxa de analfabetismo na comunidade de Diógenes Sampaio

No que diz respeito a percepção de raça na comunidade, a tabela a abaixo nos mostra que a comunidade tem um total de 1495 habitantes, onde 1008 se declaram pardos equiparado a 358 negros, ou seja, majoritariamente o território campesino é um dos legados do nosso povo preto.

Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio			
Distrito - Diógenes Sampaio - Amargosa (BA)			
Idade - Total			
Ano - 2010			
Situação do domicílio - Total			
Variável - População residente (Pessoas)			
Cor ou raça	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	1495	745	750
Branca	121	55	66
Preta	358	177	181
Amarela	6	5	1
Parda	1008	507	501
Indígena	2	1	1
Sem declaração	-	-	-
Fonte: IBGE - Censo Demográfico			

Tabela 02- Cor ou Raça da População de Diógenes Sampaio . Fonte: IBGE/2010

Penso também, que esta quantidade de autodeclarações seja resultado da representação e percepção social do/da negro/a no Brasil e na sua história. Em enfrentamento às práticas coloniais de desumanização, o não reconhecimento dos legados históricos e sociais africanos e afro-brasileiros e nas composições consequentes

das subjetividades da população negra no Brasil, como nos convida a pensar a autora Lélia Gonzalez.

Quando nos falamos que somos feios, nos posicionamos como não-humanos, quando não aprendemos sobre os nossos ancestrais como referências políticas, culturais e suas epistemologias, quando a morte é um espaço de viabilidade do corpo negro, acabamos sofrendo com as políticas históricas e modernas do racismo e ignorando as nossas próprias raízes, repercutindo na nossa visão sobre a nossa identidade.

Ainda diante dessa realidade da autodeclaração e do reconhecimento da nossa comunidade como uma comunidade negra, trago, na memória, minhas vivências no campo como mulher negra. Para falar comigo sobre isso, aciono a bell hooks (2022, p.28) quando fala da sua vida no Kentucky, ao sul dos Estados Unidos, e afirma que as memórias nos oferecem um mundo onde não há morte, onde somos sustentados pelos rituais de afeto e de lembranças.

Nesse caso, percebemos a importância do papel da educação, em especial, da educação do campo, em mostrar ao sujeito preto do campo a relevância e a possibilidade de conciliar o acesso à educação escolarizada em seu território e afirmando a sua referência social, cultural e de conhecimentos no currículo, junto às experiências e saberes da lida com a terra, os animais e o território.

Ainda sobre este resultado, fiquei pensativa sobre as lembranças da minha trajetória, quando, aos seis anos de idade, ajudava a minha avó Jardelina na seleção das folhas para benzer e para fazer os xaropes para curar de enfermidades das pessoas que a procuravam. Minha avó, mulher negra, benzedeira, paneleira, mãe de três filhos, viúva, que mobilizava outras mulheres a vivenciar as práticas das nossas ancestrais. E a valorizar esse legado do nosso povo, através dos elementos da natureza e do barro.

Ela costumava acordar ao raiar do sol para dar comida às galinhas que ela criava, além de molhar e adubar suas plantas. Minha avó era uma mulher muito ativa. Sempre fazia um trajeto da sua casa até a fonte para buscar barro para confecção de panelas e de artesanatos junto com outras mulheres. Minha avó era uma mulher negra determinada e alegre, que tinha um perfil de liderar e ajudar as pessoas em sua volta.

Ela trabalhava com confecção de panelas de barro, na colheita do café e nas pequenas plantações no quintal da sua casa. Ela não trabalhava para fazendeiros, pois como ela dizia: “- O homem deve sair para trabalhar e as muiés ficar em casa ajudando a cuidar dos afazeres de casa e dos filhos”.

Um dos seus saberes favoritos era o benzimento com ervas e um copo de água, rezas de espinhela caída, olhado, vento caído quebrando e vários outras. Ela ajudou muitas pessoas que a medicina havia desenganado.

Lembro da minha avó rezando de “vento caído”. Eu achava engraçado, pois ela colocava as crianças de cabeça para baixo. Essa era uma prática tradicional para a reza desse mal, pois, segundo ela, a benzeção tem seus segredos com o sagrado para fazer efeito e cada problema tem que ser rezado de uma forma. Hooks (2021), em sua obra *Tudo sobre o Amor*, discorre sobre a “Cura”.

Segundo a autora, “A cura começa com a autodeterminação em relação ao corpo que é a terra e ao corpo que é nossa carne” (Hooks, 2021, p.89). Embora temos tomado como recorte tal afirmação, é importante ressaltar que ao falar sobre cura Hooks não está se referindo apenas a cura de enfermidades, mas cura no sentido amplo: corpo, alma e coração.

Sempre depois das rezas/benzeção, minha avó ensinava algum chá. Quando eu estava na faixa etária dos 12 anos, minha avó estava bem idosa e frágil e veio a óbito. Quando ela partiu, ficou um vazio enorme no meu coração e na memória se constituem e reconstituem sempre, os seus ensinamentos e o seu carinho com a nossa família e comunidade.

Desse modo, acredito que, por meio desta pesquisa, teremos a oportunidade de reviver, através das memórias, o resgate dos saberes e fazeres dos ancestrais. Estas compreensões da minha avó sobre as práticas, as (im)possibilidades dos sujeitos no território e no espaço privado ecoam e são ecos de uma visão binária de gênero forjada pela colonização em territórios afro-pindorâmicos, como podemos chamar escutando as enunciações do saudoso Antônio Bispo dos Santos.

E essas práticas continuaram ecoando, através de outras mulheres a exemplo de minha mãe, mulher negra, lavradora, que desenvolvia práticas com bordado, com crochê, com o conhecimento com as ervas e raízes, com as práticas na lavoura, com a benzeção e com a costura. Esse legado ficou presente na nossa família através de algumas irmãs e primas.

Ainda sobre a memória, aciono mais uma vez Hooks (2022, p. 25) ao dizer que ouvir a mesma história faz com que nunca esqueçamos dela. Assim, tanto não quero que fujam da minha memória as lembranças das mulheres mais velhas com as quais vivi, vivo e aprendi a lida do campo, bem como evidencio seus lugares de fala, de sabedoria, de política comunitária, de protagonismo e de salvaguarda dos legados

campeiros, pois para Kilomba (2019, p.42) “[...] alguém pode falar somente quando a voz é ouvida”.

Uma dessas mulheres é Dona Preta, mulher negra sábia, carinhosa e paciente. Muito querida na comunidade, por ajudar e acolher a todos que a procuravam através dos seus saberes com o benzimento.

Lembro que às sextas-feiras, estava ela, à beira do rio Capivara, lavando “o fato”, isto é, as vísceras dos bois do Senhor Lindauro, o que ele vendia, posteriormente, na feira livre da cidade de Amargosa/BA. Ela cantava pacientemente esta música: “*meus cabelos louros quem toca neles é Iemanjá*”. E repetia várias vezes dando continuidade à letra da música que não lembro mais como era.

Nossa comunidade tinha um carinho muito grande por ela, pois era uma pessoa que sempre estava nos ensinando algo e nos dando o pouco que tinha em suas panelas em cima do seu fogão de lenha. Era uma festa quando estávamos em sua casa.

Certo dia, meu irmão desmaiou em cima do lajedo, próximo à minha casa e ficou com a boca torta e todo roxo. Mainha gritou: “- *Vai buscar Dona Preta! Vai buscar Dona Preta para salvar a vida do meu filho!*”. Fui correndo buscá-la e ela veio com seus passos lentos, devido às suas pernas cansadas dos anos de trabalho explorado pelos comerciantes da comunidade, que se achavam e se acham no direito de explorar as pessoas menos favorecidas.

Ao chegar próximo ao meu irmão, ela falou: “- *Vixe o ramo passou com força nesse menino*”. Ela colocou-o no colo e levou para dentro de casa e fez diversos chás e defumadores para “o mal do ramo”. Este mal, segundo ela, era uma força negativa que o vento traz e ao encontrar uma pessoa deixa sequelas ou não.

Quando Dona Preta não estava ajudando alguém com seus saberes tradicionais, estava fazendo defumadores e também garrafadas para quem estivesse sofrendo por alguma enfermidade física ou espiritual ou para guardar quando alguém a procurasse. Ela não era a única a fazer essa prática, outras mulheres também faziam.

Assim, tomando como recorte esse memorial, podemos afirmar que havia também os saberes sobre as propriedades medicinais das plantas, de propriedades de proteção (com o benzimento e os banhos), de alimentação, dentre outros. A dimensão categorizadora, binária, monolítica da modernidade investe sobre as comunidades, mas os saberes e as cosmovisões plurais resistem.

Nesse sentido, “os saberes em encruzilhadas, efeito das operações de exu, são saberes de ginga, de fresta, de síncope, são mandingas incorporadas e imantadas nos

corpos, manifestações do ser/saber” (MIRANDA, 2020, p.273). Para dialogar com o autor, trago a experiência de Dona Detinha, mulher negra, lavradora aposentada, alegre e contadora de piadas, 82 anos, moradora da comunidade de Diógenes Sampaio me relatou que, desde seu nascimento, conciliava seus afazeres domésticos com os plantios na lavoura, com a produção de lambedores caseiros, com a criação de porcos e de ovelhas com a prática de fazer panelas de barro com minha avó Jardelina, para venderem na feira livre na cidade de Amargosa e Elisio Medrado, no estado da Bahia. Minha avó, assim como essas mulheres, conciliava a produção de panelas de barro, com os momentos de benzeção, de produção de chás e de garrafadas.

Essas vivências, ao lado dessas mulheres sábias e determinadas, especialmente minha avó Jardelina, motivaram-me a realizar esta pesquisa de Mestrado no Programa de Pós - Graduação em Educação do Campo na linha Cultura, Raça, Gênero e Educação do Campo. Evidenciando e dando ênfase aos saberes e fazeres dessas mulheres pretas do território de Diógenes Sampaio em Amargosa/BA, tanto na dimensão desta comunidade, como para pensar no lugar de fala de mulheres negras camponesas e de seus legados políticos, cosmológicos e culturais em contextos do campo brasileiro.

1.1 DAS MEMÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO E DAS APRESENTAÇÕES AO RACISMO

Ainda sobre as memórias da minha infância, aos seis anos, adentrei na escola do campo na localidade do Tabuleiro da Lagoa Queimada Amargosa-BA. Para ir à escola, eu andava quatro quilômetros da minha casa até lá, pois, na época, não tinha transporte escolar para locomover os/as estudantes da sua residência até a escola. Esta escola tem um espaço amplo, várias salas de aula e espaço para lazer. Foi nela que fui apresentada ao racismo por uma professora.

Quando comecei a cursar a antiga terceira série, fui estudar em outra escola que era e continua sendo multisseriada - a Escola Municipal Edvaldo Machado Boa Ventura na comunidade de Diógenes Sampaio – Amargosa/BA. Na época, a escola tinha uma estrutura física precária e duas salas de aula; sem professor/a com formação para atuar na docência também.

Caro/a leitor/a, você deve estar se perguntando porque não comecei a estudar na escola da minha comunidade? Foi porque, na época na qual comecei a minha

escolarização, não haviam professores/as para atuar na escola da minha comunidade além da Professora Sena, que estava doente e não podia mais lecionar. Então, ficamos sem escola, pois os órgãos responsáveis não colocaram um/uma professor/a substituto/a.

Problema político com a garantia do direito à educação do campo, que vai de encontro com um dos princípios da nossa Constituição Federal, ao classificar a educação como direito fundamental social, nos termos do artigo 6º onde a educação é classificada como um direito fundamental social, regida pelos parâmetros estabelecidos no Capítulo III, artigos 205 a 214 .

Desse modo, o Estado não cumpriu a sua responsabilidade, por nos negar o acesso à educação com estruturas físicas adequadas, orientação profissional pedagógica qualificada e assim, a garantia de profissionais e docentes com formação adequada e durante todo ano letivo.

Lembro que cheguei na escola alfabetizada por uma das minhas irmãs mais velhas. Estava ansiosa para vivenciar o espaço escolar, porém, não sabia que ali seria apresentada ao racismo. Lembro do primeiro dia de aula, vestida com uniforme composto por uma blusa branca, uma bermuda vermelha e o famoso sapato “Kichute”, que foi doado pela minha prima.

Estava linda com aquela roupa e com meu penteado de tranças amarradas com fitas coloridas. Porém, qual foi a minha surpresa? A cor da minha pele incomodava uma grande parte das pessoas da escola. Junto às alegrias, às brincadeiras e às atividades pedagógicas, existiam também práticas racistas.

Eu vivenciei muitas e incansáveis situações de racismo enunciadas com apelidos pejorativos como “neguinha encardida, urubu, negra burra” e também violências físicas, como puxões de cabelos que desmanchavam minhas lindas tranças que “Mainha” e minha irmã faziam com tanto amor e capricho.

Eram tantos que eu já tinha pavor quando um colega se aproximava de mim, pois sabia que ele iria puxar de forma agressiva os meus cabelos com falas racistas. Além, da contribuição das atitudes racistas da minha professora, quando a mesma fazia questão de expor, através de sua fala e atitude, palavras de inferiorização e desprezo, ao me chamar de lenta e de asno.

Muitos anos passaram, e as cenas parecem atuais na minha memória. Lembro do dia em que um colega derramou um copo de mingau de milho no chão e a professora racista mandou que eu limpasse, ao invés de mandar o colega branco que o

derrubou. Minhas lágrimas vinham nos olhos, mas eu não deixava escorrer sobre o rosto. Minhas lágrimas vinham aos olhos e os ensinamentos da minha família se materializaram naquela situação.

Apesar da pouca idade, em casa, eu fui preparada para enfrentar o racismo. Nunca abaixar a cabeça para nada e nem ninguém, apenas para Deus, o altíssimo na minha vida. Porém, por mais que somos orientadas/os nunca estamos de fato preparados/as para enfrentar os conflitos de raça e gênero postos na sociedade. Já nos lembra Kilomba (2019, p. 34) “que no racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas da exclusão social”.

Desse modo, segui minha trajetória, porém, nas datas comemorativas da escola, nunca fui escolhida para representar nada, muito menos ser indicada para ser a rainha das manifestações culturais realizadas na instituição. Atitude que distanciava, a relevância, na representação para a construção positiva do universo infantil de meninas negras. Desse modo, uma certa vez, eu perguntei a uma professora o porquê de termos somente colegas brancas e de cabelos lisos como referência para representar rainhas. Ela respondeu:

- Você e as outras não servem! Não têm cor, nem cabelo de rainha!

Nesse sentido, segundo Kilomba (2019, p. 30) “de repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado como se o sujeito negro estivesse naquele passado agonizante”.

Os anos passaram e hoje percebo como ela era cruel e racista, pois sou descendente de rainhas e reis e, por isso, sou a mais legítima rainha hoje, sem precisar de uma posição teatral escolar para me sentir como uma. Como minha mãe fala, desde que nos entendemos por gente, que convivemos com esta opressão racial que tenta nos calar. Lamento sociedade racista! Não conseguiram até hoje, não conseguirão mais!

Sei que como mulher preta, nos foram negados direitos que são vividos e usufruídos todos os dias pelos/as brancos/as. A exemplo, o acesso à terra e ao território, à educação, à moradia de qualidade, ao trabalho com a retribuição salarial devida e com a garantia dos direitos trabalhistas e, especialmente, à saúde sem serem mutiladas, sem sofrer violência obstétrica, dentre outras atrocidades com as quais nós mulheres negras nos deparamos.

Não é à toa que, no Brasil, foi preciso implementar, é preciso atualizar sempre, a promoção de uma política nacional de saúde para a população negra, porque aquilo que deveria ser cuidado do Estado em situações de enfermidade, vira violência quando

é dirigido ao corpo negro.

Aqui na comunidade, como em várias outras do Brasil, não havia escola com oferta dos anos finais do ensino fundamental e/ou oferta do ensino médio. Assim, ao concluir os anos iniciais do ensino fundamental no ano dois mil, tive que me deslocar do campo para a cidade, afim de poder estudar em uma escola, que não respeitava minhas vestimentas, minha linguagem e meus horários em um transporte municipal que realizava esse deslocamento.

Esse trecho de minha trajetória me faz lembrar da obra *Pertencimento cultura de um lugar*, onde bell hooks (2022) discorre como se deu seu rito de passagem quando a mesma precisou sair de Kentucky, sua terra natal, para morar na cidade e sentiu o impacto da segregação racial.

Com a transição de estudo do campo para a cidade, percebi que só aumentaram as perseguições, agressões físicas, verbais e apelidos pejorativos pela questão racial, de gênero e de origem. Pois, apesar da escola ser um espaço da diversidade, existe o desrespeito às diferenças no seu interior de modo cotidiano. Porém, como mulher negra, percebi que este seria mais um embate a ser enfrentado em minha vida. Nada de “baixar a cabeça”, como dizia meu pai (*in memórian*).

Em outras palavras, meu pai queria me dizer que eu não podia me deixar levar pelas questões que me atravessavam naquele ambiente, e não aceitar ser mal tratada por quem quer que fosse. Embora toda essa fala fosse muito bonita, na prática não se realizava, eu estava sempre no lugar de submissão. Nesse sentido, como afirma Kilomba (2019), “o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido o tirano”. (p.34)

Em meados da década de noventa, no meu contexto, no distrito de Diógenes Sampaio, ainda não se falava sobre a Educação do Campo. Mal sabíamos que grupos sociais brigavam para inserir no campo da educação e nas políticas educacionais, uma educação que respeitasse nossa identidade, linguagem e cultura e, principalmente, que não precisássemos sair da nossa comunidade para irmos até a cidade estudar e sermos ridicularizados, ou seja, não termos nossas particularidades culturais respeitadas.

Acredito, que a Educação do Campo, trouxe essa esperança de termos uma educação que nos pertence, como sujeitos oriundos de uma terra mãe. E, compreendo que esta dimensão também é acionada por HOOKS, ao enfatizar que “uma dimensão política, comunitária e de pertencimento entre negros do Kentucky, era criar uma

cultura própria de pertencimento enraizada a terra.” (2022, p.88). Assim, a educação precisaria lá ou aqui acionar referências do território para constituição das dimensões pedagógicas e políticas.

Em 2003, ao concluir o Ensino Médio, queria continuar estudando, mas não sabia como, pois não havia nenhum espaço que permitisse a continuação dos meus estudos na cidade de Amargosa/BA. Sendo preta, moradora do campo e trabalhadora, então, era sem chances! Era como se existisse uma barreira (in)visível que nos impedia de avançar, na verdade tinha, eu que não percebia.

Na época, não compreendia a luta de classes, raça, gênero e origem. Desconhecia as dimensões sociais que nos impediam de chegar a acessar direitos constitucionais e quiçá uma ascensão social. Adentrar uma universidade pública era um sonho distante para mim, assim como foi para meus irmãos, pois meus pais não tinham condições financeiras para mantê-los em outra cidade. Ao contrário da realidade das famílias brancas, donas de propriedades e “abastadas” aqui da comunidade, que mandavam seus/as filhos/as para a capital baiana ou para Santo Antônio de Jesus para estudar.

Enquanto para nós, pretos e pobres, restava como consolo concluir os estudos e ir trabalhar como babá ou doméstica na casa dos/as brancos/as da cidade. A velha história secular se reproduzia. Não é mais tempo de cativo, mas mesmo escolarizadas continuávamos servindo à casa grande e branca.

Com a interiorização do ensino superior e conseqüentemente das universidades públicas, uma das políticas públicas no campo da educação propostas no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com mobilização popular e como ação da gestão do então prefeito municipal, o saudoso, Valmir Sampaio (*in memoriam*), através de diversas mobilizações populares, lutamos para trazer um campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para Amargosa/BA.

Obtendo êxito, assim, a cidade foi contemplada com o Centro de Formação de Professores (CFP), mudando nossas (im)possibilidades e, conseqüentemente, nossas histórias de vida. Nesse sentido, potencializar a emancipação camponesa, das mulheres do campo, é valorizar sua práxis, sua ciência desenvolvida ao longo de gerações, sua ancestralidade, é revolucionar (SANTIAGO, 2002, p. 20).

Nesse sentido, Silva (2022) corrobora que a constituição histórica da UFRB está vinculada à luta e mobilização popular de diversos segmentos sociais que, através

de audiências públicas nos municípios do Vale do Jiquiriçá e Recôncavo Baiano, conseguiram articular as comunidades dos municípios destes territórios em torno da criação dessa universidade.

Assim, o CFP iniciou suas atividades em Amargosa no ano de 2006. Segundo Reis (2022, p. 49) a UFRB se constitui como uma instituição de expansão do ensino superior no interior do estado baiano, sancionada pela Lei nº. 11.151, e inaugurada em 2006, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. A Universidade possui natureza jurídica de autarquia, encontra-se vinculada ao Ministério da Educação e tem sua administração central localizada no município de Cruz das Almas, a 146 quilômetros da capital do estado.

Desse modo, no ano de 2009, tive a oportunidade de ingressar no curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo a primeira da família a ingressar em uma universidade pública federal. No quinto semestre do curso, quando estava difícil permanecer por dificuldades financeiras, fui contemplada com uma bolsa da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE).

Nesse período participei do Grupo de Pesquisa em Educação e Relações Étnico Raciais – ERER/UFRB coordenado pela professora Dyane Brito, mulher negra, ativista e empoderada que nos fortalecia a cada novo encontro. As vivências no projeto tornaram-me mais resiliente, fortalecendo minha identidade como mulher preta, universitária e campesina. No projeto, dei meus primeiros passos como pesquisadora, visitava diversas comunidades campesinas para perceber as diferenças culturais entre elas e incentivar outros/as jovens negros/as a adentrarem na universidade.

Falávamos das nossas trajetórias e realizávamos oficinas e palestras nas escolas da educação básica na cidade. Vale salientar, que a chegada de um dos campus da UFRB na cidade de Amargosa/BA impactou, em certa medida, na transformação social para o povo da cidade em virtude do acesso à educação superior pública e, conseqüentemente a formação em nível superior de graduação e pós-graduação dos/as filhos/as de muitas famílias que não podiam custear a formação acadêmica dos/das seus/suas entes.

Mesmo com a ciência de que as transformações sociais se dão em complexidades sociais de classe, raça, gênero dentre outros elementos, a possibilidade de formação em nível superior repercutiu na ampliação das possibilidades de atuação profissional e nas perspectivas de futuro acadêmico e profissional. E comigo não foi diferente!

Durante a minha trajetória acadêmica, realizei a escrita de artigos e publiquei em revistas e em anais de eventos acadêmicos nos quais participei. Fiz apresentações orais em outros estados para representar a nossa universidade e o estado da Bahia. Um momento muito enriquecedor e simbólico para mim como mulher preta do campo filha de camponeses semianalfabetos. Ao concluir a graduação em Pedagogia no ano de 2013, comecei a atuar como educadora na rede municipal de ensino de Amargosa/BA, especificamente, em uma escola do campo.

Neste período, como educadora em uma escola do campo e nas comunidades rurais, onde lecionei, percebi o quão presente é o saber tradicional na vida das pessoas do campo. Contudo, estas referências cosmológicas dos territórios do campo não são tratadas como saberes possíveis para as escolas do campo. Parece que não são considerados como parte do contexto de vida e de entendimento de mundo dos estudos e das diversas pessoas da comunidade.

Lembro que alguns/as alunos/as ao se sentirem mal, ou melhor, ao sentirem desconfortos físicos, recorriam às “mais velhas” da comunidade para fazerem chás e para realizarem a benção, para o mal físico ou espiritual sair do seu corpo. Conhecimentos vividos e realizados pelas nossas ancestrais, atravessando séculos.

Porém, algumas escolas não trazem diálogos sobre os saberes tradicionais e os fazeres da própria comunidade para dentro da mesma, recompondo, na atualidade, a trama colonizadora que invisibiliza os protagonismos negros como referências positivas na produção de conhecimentos, de políticas e de saberes.

Nossas ancestrais, povo da comunidade, preservam uma forte relação com a terra. Nesse sentido, para HOOKS, “a cura coletiva para as pessoas negras na diáspora só poderá ocorrer nas lembranças de como pôr em prática nosso passado na zona rural”(2022, p. 89). E tanto a Educação do Campo como área de produção de conhecimento, como as escolas do campo na promoção dos seus currículos, precisam reorientar os seus propósitos para o reconhecimento do povo negro brasileiro.

É relevante pensar como o legado das ancestrais, especialmente, as mais velhas das comunidades do campo se constituiu como uma das razões/inquietações de vida e do âmbito profissional, que conduziram a composição de uma agenda de pesquisa na academia, pois percebo a contribuição da trajetória da minha avó e de outras mulheres da comunidade para preservar o legado do nosso povo, valorizar a nossa cultura local potencializar as práticas e os saberes do nosso povo.

Deste modo, coloco e referencio a linha 3 do Programa de Mestrado

Profissional em Educação do Campo da UFRB por priorizar as dimensões de cultura, raça e gênero como proposições condutoras de modos de representar o campo brasileiro e o campesinato, a partir das nossas potencialidades culturais, intelectuais, saberes e história para afirmar, por meio deste trabalho de mestrado profissional, a referência ancestral de mulheres negras no distrito de Diógenes Sampaio e suas maestrias com os conhecimentos negros e do campo.

Entendo que posso registrar, de outros modos para além da oralidade vivida na minha comunidade, a cultura e os saberes das minhas ancestrais, que, às vezes, demonstram resistências em manter a tradição por diversas razões.

Reafirmando a importância da linha 3 (três), Cultura, raça, gênero e Educação do Campo, posiciono a relevância desta pesquisa, não somente como tema transversal nas aulas de alguma disciplina no Mestrado e em contextos de formação em Educação do Campo no Brasil, desde cursos de licenciatura a eventos nacionais e internacionais promovidos de modo recorrente.

Mas, compreendo que, exponho aqui uma temática relevante que traz visibilidade a história das mulheres negras, suas formas de produzir seus saberes e fazeres constituídos como modos de resistências e re-existências dos sujeitos do campo brasileiro. Este estudo, fortalece o movimento das mulheres negras campesinas, doceiras, costureiras, agricultoras, benzedoras, artesãs, raizeiras, das comunidades campesinas da cidade de Amargosa-BA.

Essas que protagonizam há séculos o saber tradicional, resistindo aos preconceitos e descaso da ciência formal. Além de serem guardiãs das terras, cuidando, plantando e preservando a tradição dos/as mais velhos/as. Nesse sentido, Joice Santos (2022, p. 15) corrobora que as mulheres são agentes construtoras de seus territórios e carregam através de seus corpos e movimentos cotidianos um conjunto de saberes ancestrais, culturais, religiosos e produtivos, que têm contribuído de maneira marcante com a sucessividade e manutenção de seus territórios.

Desse modo, essa pesquisa teve como objetivo principal, perceber o quão presente é o saber tradicional na vida das pessoas do campo. Contudo, estas referências cosmológicas dos territórios do campo não são tratadas como saberes possíveis para as escolas do campo. Parece que não são considerados como parte do contexto de vida e de entendimento de mundo dos estudos das diversas pessoas da comunidade.

Os objetivos específicos estão dispostos do seguinte modo: I – Problematizar a discussão do saber tradicional atrelado a gênero e raça no contexto campesino; II –

Compreender como o racismo, o sexismo se constituem na manutenção da invisibilidade das mulheres negras no contexto do campo.

Em consenso, o estudo terá como enfoque as categorias de Gênero, Raça e Educação do Campo, subjacente ao contexto social e político brasileiro. A justificativa da categoria de Gênero e Raça está alinhada à minha identidade enquanto mulher negra do campo e a aproximação com a temática através da participação como bolsista no Grupo ERER (Grupo de Estudos em Educação e Étnicos raciais), que despertou o desejo de conhecer mais acerca da história do meu povo.

A estruturação deste estudo está na área da Educação, especificamente na Educação do Campo, é relevante para que se possa discutir e reconfigurar o princípio da diversidade de sujeitos considerando raça e gênero como fatores constituidores dos sujeitos, mas para além disso, do legado do campo brasileiro.

Além disso, o trabalho está dividido em capítulos. Inicialmente, apresento As narrativas e memórias negras da comunidade, perpassando pelo caminho metodológico, dialogando com as autoras e autores: Camila Avelino (2018), Angela Davis, (2018 ou 1982) Antônio Bispo (2023, bell hooks (2022), Climaco (2022), Conceição Evaristo (2020), Leda Martins (1997), Ludke e André (1986) Morisson (2020), Eduardo Miranda (2020), Minayo, Nascimento, Silva (2009), Messeder (2020), Grada Kilomba (2019), Santos (2022), Celiane Santiago (2022), Souza e Meireles (2018) e Reis (2022), Walter Filho (2006), Meyer e Paraiso (2012).

No segundo capítulo trago as discussões da Educação do Campo com enfoque na Educação Antirracista, e na diversidade do campesinato negro e seus sujeitos. Dialogo para a composição da categoria de Gênero, Raça e Ancestralidade através de diálogos com os autores, Miguel Arroyo(2012), bell hooks (2013, 2014 e 2022), Roseli Caldart (2004) e (2009) Alane Nascimento (2021), Karla Pietrowski (2011), Ribeiro (2012) Edgar Kolling (2022) e Reis (2022) Antônio Bispo (2015), Munanga (2006), Lélia Gonzalez (2020),(1980), Grada Kilomba (2019), Maria Lugones (2012, 2014) e Luiz Rufino (2019), Ludmila Lima (2022), Nilma Gomes (2017), Eleonice Sacramento (2019), Kiki Givigi (2021), Wanderson Nascimento e Denise Botelho (2020), Eduardo Miranda (2020), Marlise Matos (2008), Angela Santos (2009), Giovana Xavier (2021) Maíra Reis (2022) e Pimenta (2022).

E por fim, no terceiro capítulo diálogo com a composição da categoria de Gênero, Raça e Ancestralidade entrelaçadas as escutas das mulheres colaboradoras e os caminhos trilhados para elaboração do produto vídeo documentário pensado na

Educação Decolonial dialogando com os autores, Antônio Bispo (2023), bell hooks (2022), Wanderson Nascimento (2020), Eduardo Miranda (2020), Freitas (2021), Máira Reis (2022), Conceição Evaristo (2020).

1.2 AS CATEGORIAS ANALÍTICAS DAS MEMÓRIAS, MULHERES NEGRAS, EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ANTIRACISTA E ANCESTRALIDADE

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como um território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p.14).

Com o pensamento de Milton Santos (2007), trago abaixo a imagem do território em estudo, sua história narrada por moradores nascidos e crescidos na mesma, e as principais manifestações culturais desse território campesino.



Foto 01- Comunidade Campesina de Diógens Sampaio . Fonte: Viviane Santana/2023

No nosso país, habitavam os povos originários, que receberam os invasores,

colonizadores dominando suas terras e seu povo. Os povos indígenas vivem, ao longo dos séculos pré-colonização, na costa do atlântico, em quase todo território da América do Sul. Os europeus, que invadiram essas terras para explorar as matas e gerar matérias primas para seus projetos de mercado e consolidação no mercado mundial, proliferando também para aos indígenas doenças infecciosas e até mortais. O Nordeste brasileiro foi um dos territórios do país explorados pelos colonizadores de modo contundente e primordial na sua invasão e domínio.

Durante o período de colonização, além do genocídio dos povos indígenas, os portugueses invasores promoveram a escravização dos povos africanos com destino à expropriação das suas identidades, da sua força de trabalho, do seu corpo e suas referências de gênero, das suas marcas de ancestralidade, ao fincá-los em terras brasileiras.

Em parte deste período, especialmente, a cana de açúcar foi um dos produtos usados para produção em larga escala e exploração e domínio dessa região com a força dos corpos negros de África. Mais de 300 anos de escravização!

Durante a década de 1880, os negros escravizados manifestavam muita desobediência e insubmissão compondo agência coletiva, elevando movimentos de resistência e construindo práticas de fugas em especial os que trabalhavam no campo.

Segundo Walter Filho (2006, p. 87), os escravizados acompanharam de perto os debates em torno do projeto de abolição definitiva da escravidão compondo força política com os abolicionistas para a abolição oficializada em 1888.

No pós-abolição, Avelino, em seus escritos, relata que a população negra ao ser liberta dos cativeiros demonstrava ter uma prática bem comum, de permanecer próxima das antigas áreas escravistas, principalmente nas regiões que não tinham a presença do imigrante como substituto da mão de obra (2018, p. 60). Acredito que tal atitude, demanda em ter uma “segurança” de trabalho e moradia mesmo em condições miseráveis, por não ter outras possibilidades nem amparo do Estado nesse período.

No Recôncavo Baiano, os resquícios da escravização prevaleciam ainda nos finais do século XIX, com a presença de números significativos de engenhos, o que favoreceu o fortalecimento econômico neste território. Nesta região, era frequente a presença de descendentes dos negros escravizados que buscavam meios de sobrevivência através da pesca, da caça, da criação e até das práticas de ganho.

Dessa forma, um novo período para os agora libertos, se iniciava com este contexto de liberdade, mas sem equidade, pois não havia terra para chamar de sua, para

plantar, para morar, para colher.

No Vale do Jiquiriçá, região onde hoje está localizado o município de Amargosa, o nome da cidade é oriundo de uma espécie de pomba comum na região: a pomba-amargosa (*patagioneas plumbea*), de tonalidade de cor pardo-cinza com lustro roxo. Segundo o IBGE (2019), Amargosa tem a população aproximada de 37.241 habitantes.

Nos documentos oficiais do município de Amargosa-BA, relata que era uma região povoada pelos povos indígenas Sapuyás e Kariris que habitavam a região até o final do século XIX. Em torno do ano de 1884, após cerca de quarenta anos de lutas, um grupo de indígenas foi preso e direcionado para a cidade de Jequié e em seguida para Santa Cruz de Cabrália.³

Nesta região, com o avanço do plantio de fumo e café por volta de 1878, cresceu de forma significativa a escravização de negros no município, a partir da ação dos escravocratas donos das lavouras de café e fumo. No final do século XIX, a presença dos colonizadores italianos, portugueses e espanhóis se intensificou no município. Comercilizando nos armazéns produtos secos e molhados, exportando e importando o fumo e o café.

Sabe-se que a cidade de Amargosa foi emancipada em 19 de junho de 1891, pelo Governador do Estado da Bahia José Gonçalves da Silva. E faz limite com os municípios de Milagres, Brejões, Ubaíra, Laje, Elísio Medrado e São Miguel das Matas. O município de Amargosa se estende por 463,2 km², com densidade demográfica de 80,4 habitantes por km² em seu território.

A comunidade campesina de Diógenes Sampaio está localizada na região da caatinga do município de Amargosa. A caatinga é o bioma mais resistente que temos, porque é cheio de pedregulhos, tem uma geografia física irregular e uma vegetação não muito alta. “É um território de bioma privilegiado, rico e vivo apesar das plantas aparentarem estarem mortas” (SANTOS, 2023, p. 97).

Nesse sentido, recorro à minhas anotações para relatar as idas em campo, no período de maio a novembro do ano de 2023, onde registrei, no diário de campo, diversos diálogos com moradores/as. Um destes diálogos foi com dona Maria da Paz e seu esposo Vadi, moradores da comunidade desde o seu nascimento. Trazendo pontos significativos das suas memórias, relataram que a comunidade de Diógenes Sampaio foi

³ A referência citada, está disponível no site histórico do município de Amargosa-Ba nas referências bibliográficas desta pesquisa.

fundada pela família do senhor Manoel Dias de Oliveira, mais conhecido como Manoel Maroto. Descendente de italiano, Manoel Maroto criou esse espaço para permanecer com sua família e negociar. As construções da comunidade foram realizadas pelos/as negros/as da comunidade Quilombola da Capivara. A principal renda da comunidade era o comércio de fumos, de vendas de panela de barro nas feiras da cidade de Amargosa e Elisio Medrado, nas lojas e nos espaços de vendas com variedades de produtos e da agricultura local.

Dona Maria da Paz e seu esposo Vadi continuaram narrando que, antigamente, a comunidade era chamada de São Roque, devido à imagem deste santo católico ser referência de fé e que foi trazida pelo família do morador e fundador Manoel Maroto. Com a evolução dos anos, nasceu o neto do senhor Constantino, filho do seu herdeiro Esmeraldo Galvão e deram o nome Diógenes Sampaio ao recém nascido.

Como Constantino mandava e desmandava na comunidade, queria denominar o local com o nome do seu neto Diógenes Sampaio. Porém, seu parente, Josué Melo foi prefeito da cidade de Amargosa e era morador da comunidade. Durante sua gestão, foi oficializado o decreto estadual nº 8.622, de 01 de setembro de 1933, quando é criado o Distrito de São Roque e anexado ao município de Amargosa. E depois produziu outro decreto estadual nº 11. 089, de 30 de novembro de 1938, dando ao distrito de São Roque a denominação de Diógenes Sampaio.

A comunidade é o terceiro distrito do município. Atualmente, é cercada por pastos de fazendeiros e a arquitetura de algumas casas mais antigas apontam para duas referências de memórias, as das fazendas dos senhores escravocratas e outras as casas dos negros alforriados.

Segundo relatos de dona Maria da Paz e seu Vadi, o comércio aqui era forte e a principal renda era a comercialização da mandioca e do fumo. Porém, com a evolução dos anos, essa colheita perdeu espaço para criação de gado e os comerciantes que aqui moravam, migraram para outras regiões. Na comunidade, tinha delegacia, agência dos correios e cartório. Com o passar dos anos, esses órgãos deixaram de existir na comunidade, só tendo esses serviços na zona urbana de Amargosa-BA.

O Rio Capivara trafega no interior da comunidade e ao longo do percurso, encontra-se com o Rio Verde e a Lagoa Grande. A Lagoa Grande tem uma história muito interessante. Os/as mais velhos/as contam que ela era uma das principais rendas local, pois pescavam para comer e vender seus peixes. Contam que na Lagoa Grande moravam Sereia e o Nego D'água que cuidavam desta lagoa, porém, os/as pescadores e

pescadoras levavam bebidas alcoólicas para pescarem e esta atitude afastaram esses velhos moradores da mesma.

Segundo dona Maria da Paz e seu Vadi, por maior que fosse a seca na região, a Lagoa Grande nunca secou e nenhum pescador/a alcançou a sua área final. Em sua volta, os/as moradores/as da comunidade plantam roça para seu cultivo e para vender na feira livre da área urbana de Amargosa. A atual plantação da comunidade prioriza o plantio de amendoim, quiabo, feijão e abóbora.

Dona Maria da paz e seu Vadi ainda narram que, na comunidade, tinha um fato inusitado que incomodava algumas pessoas, que era a existência de duas igrejas católicas com o mesmo Padroeiro São Roque. Segundo ela e ele, desde o tempo dos primeiros moradores do local, existia a igreja mais velha construída pela família do senhor Manoel Maroto, que acolhiaromeiros de cidades circunvizinhas e comunidades diversas. Porém, com o tempo, surgiram desavenças políticas com as famílias “ditas tradicionais” da comunidade e deixaram de realizar missas nesta igreja, ou seja, a paróquia rompeu com a igreja velha.

E assim, criaram outra igreja denominada de Igreja Nova. Esta ficou atendendo as responsabilidades da paróquia, realizando as missas e os festejos religiosos, porém a população não abandonava a igreja velha e “pagavam” suas promessas na igreja do “São Roque Velho”, como chamavam os fiéis. Os festejos religiosos movimentavam de forma significativa a economia local.

Na comunidade, tínhamos diversas manifestações culturais realizadas por algumas mulheres. Algumas ainda são realizadas nos dias atuais, outras não. Tínhamos a Queima de Judas e o Quebra Pote no dia das crianças. Ficávamos ansiosos/as aguardando este dia para nos deliciar com as guloseimas que as mais velhas nos ofereciam.

No mês de Setembro, acontece o doce de Dona Morena que é uma data muito esperada pelas crianças da comunidade. Ela oferece copos com uma diversidade de doces feitos em sua cozinha, como doce de banana, de coco, dentre outros e oferece aos erês Cosme e Damião.

A cavalgada do Senhor Simplício faz parte do nosso calendário de festas culturais e religiosas. É uma tradição realizada até os dias de hoje e que, neste ano, completa noventa anos de tradição. Faz parte de um pedido do Sr. Simplicio a São Roque em um período de seca na região, em que seus cavalos estavam morrendo devido à fome e à escassez de água na caatinga e o mesmo suplicou ao santo para que

seus animais não morressem. E, assim, ao ter o seu pedido alcançado, prometeu todo ano homenagear São Roque com seus cavalos, cavalheiros e amazonas em agradecimento. Seu pedido foi alcançado e, em agradecimento, todo ano seus familiares continuam vindo até a comunidade, agradecer ao padroeiro. Tradição que passa de geração a geração.

1.3 DAS DIMENSÕES METODOLÓGICAS

Início a abordagem metodológica da presente pesquisa intitulada “Elas Resistem: as mulheres pretas de Diógenes Sampaio Amargosa/BA e suas práticas ancestrais”, reafirmando o meu lugar de fala na comunidade, como professora do campo e o meu lugar de fala ao acionar as referências que afirmam gênero e raça como composições teórico-políticas ainda ausentes dos debates da Educação do Campo, a partir dos saberes e fazeres das mulheres negras.

Apresento como problemática deste estudo a seguinte questão: “Perceber o quão presente é o saber tradicional na vida das pessoas do campo. Contudo, estas referências cosmológicas dos territórios do campo, não são tratadas como saberes possíveis para as escolas do campo. Parece que não são considerados como parte do contexto de vida e de entendimento de mundo dos estudos das diversas pessoas da comunidade”.

O caminho metodológico é de suma importância para a pesquisadora, considerando que o mesmo, a partir dos caminhos teórico-políticos acionados na pesquisa, compôs a produção do *corpus* analítico, o qual foi investido em análises e orientou a produção do produto final deste mestrado profissional.

1.4 O TIPO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, onde houve contato direto e prolongado da pesquisadora com o ambiente e a situação que foi investigada, “via de regra através do trabalho intensivo de campo” (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p.11). Sigo mais além, pensando a proposta da pesquisa considerando a perspectiva da pesquisadora encarnada, tendo como principal olhar as injustiças em suas dimensões

social, racial, sexual, religiosa e epistêmica. Segundo Suely Messeder, o/a pesquisador/a encarnado/a nos reporta à,

[...] possibilidade de agenciamento de sujeitos subalternizados e considerados(as) abjetos(as) produzindo um tipo de ciência sem a ‘famosa’ dicotomia corpo-mente, sem, necessariamente, uma verdade absoluta, sem decisões monocráticas, sem suposições de neutralidade, sem o viés ideológico capitalista predatório (MESSEDER, 2020, p. 49).

Seguindo as orientações desta autora, compreende-se que a pesquisadora encarnada é provocada a perpassar pela (auto)biografia, pelas memórias e pelas histórias de vida. Afinal, trata-se de uma pesquisa de sujeitos com corporiedades potencializadoras na classe, raça, gênero, religião em virtude dos seus territórios de existência e reexistência.

Nesse sentido, reflito sobre a abordagem (auto) biográfica, por trazer histórias de vida através das memórias e narrativas das mulheres agricultoras, associadas, negras, donas de casa, costureiras, doceiras, rezadeiras e aposentadas do território campesino negro de Diógenes Sampaio, em Amargosa, no estado da Bahia.

É uma corporiedade-posicionalidade-pesquisadora única, por me reconhecer como uma mulher preta desta comunidade, professora do campo na cidade de Amargosa e que posiciona a problemática dos saberes destas mulheres a partir de uma rede contra-colonizadora, antirracista e não sexista de investidas na produção do que conta como conhecimento válido na academia, afirmando a ancestralidade e o protagonismo destas mulheres na comunidade.

É uma pesquisa que tem por referência, escutar os perfis de mulheres citadas acima, que trazem em seu percurso de vida histórias de si, dos seus e do seu território. Nesse sentido,

As pesquisas (auto) biográficas nascem e se articulam a partir de princípios da pesquisa qualitativa e da constituição de outros modos de ver/escutar/narrar a vida e as aprendizagens – experiências que se inscrevem nos domínios da formação dos adultos, de professores em processo de formação inicial ou continuada, mas também das formas diversas que as narrativas têm assumido no cenário contemporâneo. (SOUZA E MEIRELES, 2018, p. 285)

Ainda para as autoras, os métodos (auto)biográficos nas pesquisas em educação anunciam a possibilidade de ressignificação da subjetividade humana, no qual as pessoas evoluem de estudo de objeto das análises, para o lugar de protagonista da investigação. Assim, as mulheres desta pesquisa são parte colaboradora desta investigação e até co-autoras, na medida em que partilharam saberes histórico-sociais importantes de Diógenes Sampaio, os quais não ocuparam ainda o lugar de referência

em trabalhos acadêmicos que citam a Educação do Campo no município de Amargosa-BA.

1.5 INSTRUMENTOS DA PESQUISA E CAMINHOS PERCORRIDOS

Os caminhos percorridos para a efetivação desta pesquisa, foram compostos pela observação, pela escuta e pelo registro de memórias através das narrativas e rodas de conversa com oficinas temáticas, seguidas da confecção da colcha de retalhos. Escolhi realizar uma roda de conversa com mulheres autodeclaradas e não autodeclaradas negras. A escolha por esse grupo aconteceu por transitar entre diversas gerações e assim poder ter diversos olhares e conceitos acerca das narrativas das mulheres, com base na temática em estudo.

Optei pela roda de conversa, por permitir que as participantes expressassem suas opiniões, conceitos e concepções sobre o tema proposto de modo dialógico com pessoas da própria comunidade e fugindo da dinâmica de perguntas e respostas direcionadas entre pesquisadora e colaboradoras. A intenção foi construir um espaço de diálogo mais confortável para estas mulheres. A estratégia da roda de conversa facilitou o diálogo entre a pesquisadora e as colaboradoras da pesquisa.

Para Nascimento e Silva,

[...] a roda de conversa consiste em um método de participação coletiva de debates acerca de uma temática, através da criação de espaços de diálogos, nos quais os sujeitos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmo. (2009, p. 01)

Ainda para estes autores, tem como principal objetivo motivar a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação. Nesse sentido, envolve uma diversidade nas troca de saberes, nas conversas e nas posicionalidades em relação ao que conhecem.

Por outro lado, a colcha de retalhos representa as vivências e as trajetórias das mulheres no seu cotidiano na comunidade de Diógens Sampaio, bem como conceitos trabalhados a partir das oficinas com a problematização raça, gênero e ancestralidade nas vidas destas mulheres.

Como mencionado anteriormente, a escolha pelas colaboradoras possibilitou a escuta de relatos de épocas diferentes, além de, corroborar com as entrevistas narrativas que serviram para a produção de um dos produtos finais tecnológico,

buscando registrar as narrativas e memórias destas mulheres em seus saberes comunitários e ancestrais.

As entrevistas narrativas, foram realizadas com mulheres de diversas faixas etárias da comunidade usando como critérios, suas práticas e vivências com nossos ancestrais e com o campo, entrelaçado a raça e ao gênero. A escolha pela entrevista narrativa, foi por permitir reportar as memórias de outros tempos, através das narrativas das mais velhas.

Nesse tipo de entrevista o/a pesquisador/a não interfere, possibilitando ao colaborador/or total liberdade de se expressar. Por ser um público de diversas faixas etárias, achei relevante trazer esse modelo de entrevistas para que elas se sentissem a vontade para falarem.

Este tipo de entrevista possibilita que as colaboradoras da pesquisa narre suas histórias de vida e de outros. Meyer e Paraiso ressaltam que, “quando falamos em entrevistas narrativas nos reportamos aos sujeitos da experiência e ao saber da experiência (2012, p.190).

1.6 DAS DIMENSÕES ÉTICAS DA PESQUISA

É sábio, que em uma pesquisa qualitativa é necessário seguirmos os requisitos éticos, desde a escolha dos objetivos, o público colaborador, os percursos metodológicos, as análises dos resultados e posteriormente o compromisso de uma devolutiva as/os colaboradoras/es e ao território.

Cabe lembrar, que durante as minhas vivências diárias em campo com as mulheres da comunidade camponesa de Diógens Sampaio, Amargosa-Ba. Fomos criando uma parceria de confiança, e momentos de trocas.

Por ser da comunidade, frequentava suas casas sem restrições e as acompanhava em suas atividades diárias. E assim, diante as escutas dos relatos sobre suas histórias de vida carregadas pelo racismo e preconceito de origem, violência moral etc.

Achei relevante dialogar sobre essas questões do seu cotidiano, que os impossibilitavam de ter um lugar de fala, ou de ter acesso a direitos, antes negados para essas mulheres negras do campo. Porém, essas barreiras nem sempre eram visíveis para estas mulheres. Criando em mim, uma inquietação para dialogar com elas

sobre a raça, o gênero, a ancestralidade, o pertencimento a uma terra, acesso a direitos, tipos de violência dentre outros assuntos que surgiam ao longo dos encontros.

As convidei para participar de oficinas temática na associação comunitária Dona Flor. Com temas relacionados a sua realidade. Elas aceitaram, no início ficaram um pouco desconfortáveis, porém, quando eu trazia histórias, vídeos sobre suas realidades, elas relaxavam e interagiam na roda de conversa.

A cada oficina realizada explicava para elas, como funcionava uma pesquisa, que tem divulgação e toda uma parte ética a ser respeitada. Perguntava a cada mulher presente, se autorizava o uso de sua imagem e voz e às que autorizavam, eu a explicava que seria necessário assinar um termo de consentimento do uso da sua voz e imagem, lia o termo em voz alta para todas, e as que autorizavam eu disponibilizava o documento para que elas assinassem de livre arbítrio, podendo desistir a qualquer momento, não desejando mais expor sua voz e imagem.

Ressaltava que elas eram livres, que não eram obrigadas a participar, caso não se sentissem a vontade. As que aceitaram, algumas pediram para usar seu apelido, e outras seu nome e sobrenome para o produto técnico tecnológico e na escrita da pesquisa.

Saliento, que um dos principais desafios foi convencer as mulheres a serem gravadas e ter sua fotos expostas na pesquisa, pois as mesmas não estão acostumadas a ter suas imagens expostas nas mídias sociais. Na devolutiva para a comunidade, do áudio-visual em que elas participaram da gravação mostrando seus saberes e fazeres, foram várias pessoas, porém, apenas três aceitaram serem fotografados/fotografadas.

Porém, eu explicava que elas não eram obrigadas a nada, mas as que se sentissem a vontade para serem gravadas contando sua trajetória de vida como mulher negra do campo, e sua atuação nas práticas ancestrais, o trabalho no campo dentre outros fatores do seu cotidiano, iria contribuir para pensarmos em políticas públicas que beneficiassem a vida no campo, além de fortalecer nossa cultura e identidade territorial e a educação do e para o campo.

Na tabela abaixo, trago dados sobre as rodas de conversa realizadas na comunidade de Diógenes Sampaio Amargosa/BA.

Data	Oficina	Tema da Oficina	Dinâmicas desenvolvidas	Pessoas Participantes
10/08/2023	Primeira	Gênero na	Referências de autoras	Mulheres da

		Sociedade Moderna	negras feministas Lélia Gonzalez, Maíra Reis, bell hooks. Imagens de Mulheres negras brasileiras	Associação Dona Flor (05 cinco mulheres)
22/08/2023	Segunda	Negrxs Eu?	Vídeo de Caio prado “ Não Sou Teu Negro ”. Dialogando com as autoras da primeira oficina	Mulheres da Associação Dona Flor e da Comunidade de modo geral (15 Quinze mulheres)
17/09/2023	Terceira	Educação do Campo e Ancestralidade	Mística com música e galhos de ervas	Mulheres da Associação Dona Flor e da comunidade de modo geral. (5 cinco mulheres)

Tabela 03- Oficinas realizadas na Comunidade de Diógens Sampaio Amargosa-Ba/2023

2. DAS MEMÓRIAS: MULHERES NEGRAS, EDUCAÇÃO DO CAMPO ANTIRARCISTA E ANCESTRAL

2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA QUEM?

A história da educação no Brasil tem referências de um país colonial, onde a educação foi elaborada pensando no público branco, urbano, masculino, abastado e heterossexual. A discussão de raça e gênero não foi parte do que era pensado para o público do campo, pois era algo que não entrava nas políticas educacionais do país, muito menos para o contexto do campo brasileiro.

Segundo Pietrowski,

[...] a educação formal veio por meio dos jesuítas que ficaram responsáveis pela catequese, o ensino das primeiras letras aos indígenas e pela fundação de algumas escolas posteriores, que atenderiam aos filhos da elite (2011, p.141).

Nesse sentido, a educação ofertada em solo brasileiro seguia uma

administração da igreja católica. O povo negro e, aqui, as mulheres negras eram excluídas do processo de escolarização formal. As mulheres que pertenciam às famílias elitizadas recebiam escolarização “através dos conventos, casas de recolhimento, familiares ou pessoas mais instruídas, ou ainda por meio das preceptoras” (PIETROWSKI, p. 158).

Percebi que as raras mulheres que tinham acesso à educação, recebiam instrução de forma restrita, de acordo com sua classe. Nos impossibilitavam de pensar e falar por e de nós. O mínimo que nos ensinavam era para beneficiar a Igreja Católica catequizando outros sujeitos em benefício da instituição.

Pois, nos ensinavam apenas o básico, éramos vistas apenas para administarmos o lar. E a maioria do povo brasileiro, preto, pobre que não tinha dinheiro e eram excluídos do processo de escolarização.

Era nos ensinado também, as primeiras letras, ou seja, palavras básicas que nos dariam habilidades para ensinar nossos filhos, a oração da bíblia e do catecismo da igreja católica. Ainda nos era ensinado trabalhos voltados para o lar, como bordar, costurar, cozinhar para sermos boas mães e donas de casas. E não desagradarmos o homem que tínhamos ao lado. (PIETROWSKI, 2011)

No âmbito da Educação do Campo, o diálogo que faço sobre a referida área é com o intuito de abordar as lutas históricas, correlacionando com a produção de uma educação que considere como premissa, o princípio educativo da diversidade presente no campo.

Arroyo (2012) destaca que a discussão de Diversidade, deve estar na construção da Educação do Campo, pois há diversos sujeitos, territórios, cosmologias e modos de produzir conhecimento e educação no fazer-se na história. Diversos no padrão de trabalho e diversos no padrão de poder nos contextos camponeses brasileiros diversos.

Ainda presenciamos, nos espaços educativos do campo, uma educação camponesa calçada em um modo de pensar racista e segregador, o qual nos põe, como mulheres negras, como sujeitas do silêncio e da continuidade do silenciamento histórico, que nega nossa intelectualidade, história e direito a fala.

Segundo Alane Nascimento, “[...] podemos observar este processo de segregação e inferiorização com o trabalho executado pelas mulheres negras, pelos seus conhecimentos” (2021, p. 15). Percebi o reflexo do racismo no campo nas vivências das mulheres, durante a primeira roda de conversa realizada. Quando

perguntei as mulheres: Quando se perceberam mulher? Já sofreram algum preconceito por sere mulher? Já sofreram outros preconceitos por ser mulher, negra, ou moradora do campo?

Janete de 58 anos, com a imagem de uma mulher negra trabalhando no campo, respondeu,

Me vejo nessa imagem, pois passei toda minha vida trabalhando e morando na roça eu amo este lugar, fiz muitas roças de feijão, milho, abóbora. Aqui agente faz muita coisa o povo acha que a gente que mora aqui não tem valor que não sabe das coisas. Acha porque somos pretas e pobre somos burros e quer nos pisar. Pois eu gosto da minha rocinha e de prantar aqui. (10/08/2023)

Percebi que o poder capitalista, segue silenciando os corpos negros, ditando que o bom está na cidade e no campo as coisas ruins. Estigma que prevalece desde a colonialidade, perpetuado na sociedade que ainda é colonial, objetivando regredir a potencialidade do/da camponesa/ês através de estigmas de origem, gênero e raça.

Percebi a importância de levantar reflexão a cerca do gênero atrelada a raça no campo, pois a ausência desse pertencimento ainda é elevado pelo que percebi nas falas de algumas mulheres, que Ângela Davis em sua obra Mulher, Raça e Classe corrobora que a raça e a condição econômica, são fatores que diferenciam as características de uma mulher, mas não sua condição de ser mulher. A mulher negra não é menos mulher que a branca, por ser negra.

Pensando na realidade de dona Janete, como camponesa, bell hooks em seu livro Pertencimento uma cultura do lugar, ressalta que ao viverem próximos a natureza, as negras desenvolviam um espírito de admiração e reverência pela vida. Ao cultivarem o alimento para sobreviver e as flores para satisfazer a alma, conectavam-se com a terra, que é eterna e dá sentido a vida.

Para esta composição do presente, as raízes históricas da educação colonial têm os seus resquícios na agenda e na construção da proposta da “educação rural”, a qual foi inserida com intuito de atender às demandas capitalistas, modernas, eurocentradas, de valorização da vida urbana, dos sujeitos e das culturas urbanas e da construção de modelos educativos de adaptação dos sujeitos do campo aos modos de produção capitalista.

A educação rural reforça o estigma acerca do sujeito do campo, ignorando seus saberes, treinando e mecanizando em vez de educar. Mecanizando-o/as através de técnicas e manejos de instrumentos e insumos. Assumindo o papel de formador de mão de obra disciplinada para o trabalho remunerado no campo enquanto

consumidores dos produtos produzidos nesse território.

Para Ribeiro,

na educação rural havia a necessidade de anular os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra, como o conhecimento dos solos, das sementes, dos adubos orgânicos e dos defensivos agrícolas. (2012, p. 299)

E acrescento ainda os saberes das marés, dos ciclos da lua, dos ventos em cada território e, acima de tudo, da ancestralidade.

Nos países latino-americanos, a educação rural voltada para o desenvolvimento econômico esteve, em determinado período histórico, que se iniciou nos anos 1930, se intensificou nos anos 1950/1960 e se estendeu até os anos 1970 (RIBEIRO, 2012, p. 296). Contudo, a educação rural fortaleceu o estigma do campo como lugar de atraso e de inferioridade intelectual e desvalorização do trabalho no campo.

Com base nessa realidade, tivemos um caminho de construção contra-hegemônico e que chamamos hoje de Educação do Campo, surgindo para reparar as desigualdades sociais com centralidade para a categoria de classe constituída com e pelas lutas que os povos do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, os sindicalistas e apoiadores dos movimentos sociais compuseram.

É sabido que o conceito de Educação do Campo surgiu na Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada na cidade de Luziânia, estado de Goiás, especificamente em julho de 1998. Termo que foi assumido como Educação do Campo a partir das discussões no Seminário Nacional realizado em Brasília, no mês de Novembro de 2002.

No Dicionário da Educação do Campo, Roseli Caldart vê a Educação do Campo não como uma proposta nova, mas como um momento de organização que inaugura uma forma de fazer enfrentamento, de afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos/as trabalhadores/as do campo o direito à educação, especialmente à escola, e uma educação que seja do campo e para o campo.

Pensar a educação desde ou junto com uma concepção de campo significa assumir uma visão de totalidade dos processos sociais; no campo dos Movimentos Sociais significa um alargamento das questões da agenda de lutas; no campo da política pública significa pensar a relação entre uma política agrária e uma política de educação, por exemplo; ou entre política agrícola, política de saúde, e política de educação. E na dimensão da reflexão pedagógica significa discutir a parte de educar, e os processos de formação humana, a partir dos parâmetros de um ser humano concreto e historicamente situado (CALDART, 2004, p.05).

Nessa perspectiva, a Educação do Campo parte do pressuposto de uma educação e de uma busca por uma sociedade para atender a classe trabalhadora

possibilitando que no campo também haja o reconhecimento da potencialidade dos seus sujeitos como intelectuais com o acesso à educação, quebrando e/ou rompendo com algumas referências e resquícios coloniais de pensar a educação no contexto do campo brasileiro.

Afinal, o papel da Educação do Campo é formar os sujeitos deste território, pensando na sua realidade, buscando melhores condições de vida para os/as trabalhadores/as do campo, inclusive alargando o que se pode pensar em relação ao campesinato. Para isso, compreendo a necessidade de assumir a luta contra o racismo, o sexismo e o heterossexismo.

Edgar Kolling também faz suas contribuições trazendo “o conceito de Educação do Campo que foi constituído e se expandiu em suas derivações que contém os princípios de seus significados: o direito de pensar o mundo a partir de seu próprio lugar” (2002, p.68).

Concordo com Kolling, pois não tem relevância pensar na e para Educação do Campo sem pensar nos sujeitos inseridos nela e na luta do/da camponês/camponesa por Educação, direito à terra e ao território, compreendendo as diferentes dimensões dos territórios brasileiros, suas necessidades, seus sujeitos e modos de organização política e ancestral.

O que unifica estes sujeitos campesinos no Brasil é a historicidade do país marcada por desigualdades na posse da terra, pois a posse e a propriedade da terra se concentram nas mãos dos grandes latifundiários, enquanto os trabalhadores/as do campo, os povos e comunidades tradicionais não têm acesso à terra, à moradia, tão pouco ao direito de plantar, de colher, de continuar suas comunidades na relação com território a partir do bem viver.

A desigualdade territorial é presente desde o período colonial, através da divisão das terras de forma desiguais. Primeiro pelas capitânicas hereditárias, seguido das sesmarias, dando origem as concentração de terras no país. O Brasil ao se olhar independente, seus representantes políticos permitiram a viabilidade de pessoas que poderiam pagar para terem a posse da terra.

Segundo Reis (2022, p. 119) isso somente seria possível com a lei de terras em 1850, que dava direito à terra a quem tivesse poder de compra, impossibilitando escravizados libertos a terem acesso a terra. A lei de terras fortaleceu a exclusão social da população que já era invisibilizada, explorada e excluída do processo social. Debate que continua presente na sociedade atual, onde trabalhadores/as e comunidades

tradicionais continuam lutando por direito à terra e ao território.

Sabemos que, com a efetivação da reforma -agrária, reduziríamos as desigualdades sociais no campo e na cidade. Porém, este não é o propósito da classe dominante que se posiciona na manutenção dos seus privilégios conquistados a partir do genocídio dos povos indígenas e na escravização do povo preto retirados do continente africano. Não bastasse isso, ao longo dos anos foram surgindo novos enfrentamentos para o povo do campo e um deles Caldart traz como reflexão,

O agronegócio, representação econômica e política do capital no campo, tem feito também uma ofensiva de disputa ideológica na sociedade: “Sim”, dizem os ‘empresários’ do campo, “é preciso acabar com o latifúndio improdutivo, mas através do agronegócio, da modernização da agricultura, do campo e não da reforma agrária e dos movimentos sociais atrasados que ainda lutam por ela: é o agronegócio que vai resolver os problemas da produção de alimentos, de trazer mais divisas ao país...” (2009, p. 48)

Percebemos que o agronegócio ganha espaço no campo e, com ele, a exclusão social, precarização e exploração do trabalho. Penso que enfraquecendo os movimentos sociais do campo e da organização política dos povos e comunidades tradicionais, os/as trabalhadores/as e comunidades ficarão vulneráveis, visto que a organização para a luta e para a garantia de direitos da base trabalhadora é uma estratégia importante de produção de autonomia política e de não submissão aos “empresários” do campo e, conseqüentemente, ao agronegócio.

Percebo nesse contexto a relevância da Educação do e para o Campo na conscientização dos direitos do/da camponês e camponesa, proporcionando uma melhor qualidade de vida e dignidade para essa população.

Para Caldart, o Estado precisa deixar de priorizar as demandas específicas do capital e voltar os recursos para a construção de um sistema público de educação no próprio campo, na perspectiva de uma educação para e no campo, considerando e privilegiando o lugar de existência e as referências culturais dos povos camponeses evidenciando uma perspectiva de educação distinta de modelos universalistas que considerem a realidade dos sujeitos (2009, p.49).

Na ausência desse princípio, o/a camponês/sa sente-se ignorado, desprotegido/a. Pude perceber essa realidade durante uma das rodas de conversa realizadas na comunidade de Diógenes Sampaio, quando perguntei se as colaboradas gostavam de morar no Campo. Manuela respondeu,

Eu me sinto abandonada do mundo, transporte para ir a cidade é difícil. Não tem mercado, a escola que meu filho estuda é multiseriada. Não gosto da sala multiseriada, pois a criança não aprende, como o da cidade que estuda

numa única série com tecnologia e um assunto para cada turma. Enquanto aqui, a professora coitada, se vira para ensinar vários assuntos, a vários alunos no mesmo momento. Até para a gente ir ao médico aqui é difícil, tem posto de saúde aqui, só que abre um, ou dois dias na semana. Com limitação de ficha para os moradores de um lugar tão pequeno como esse. Temos que ir para o atendimento médico no ônibus em outra comunidade, ou no posto na rua. (10/08/2023)

Na fala de Manuela, percebo a ausência de políticas públicas sociais e educacionais no e para o campo, reforçando o estigma que morar no campo é algo ruim, sensação de abandono e invisibilidade social.

Entendo que essa situação, dá-se por uma tensa história entre a primazia dos direitos individuais e o reconhecimento dos direitos coletivos que tem sido ignorados ou não tem a devida centralidade nas políticas e análises do direito a educação, como orienta ARROYO (2015, p. 22).

A/o camponês/sa necessita não somente da educação como acesso a outros direitos gritantes no campo, como políticas de garantia dos direitos humanos, políticas para as mulheres, políticas de promoção da igualdade social e racial, pensado no desenvolvimento agrário e valorização dos sujeitos do campo, pois no campo tem vida e elas necessitam de atenção e acesso a direitos como nos centros urbanos.

No livro *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática para a liberdade*, hooks (2013) cita o pensamento de Paulo Freire corroborando com o autor, quando afirma que a educação só pode ser libertadora quando todos/as tomam posse do conhecimento.

Desse modo, considero importante para o campo brasileiro e amargosense o direito à educação do campo e para o campo, sem fechamento de escolas do campo e com currículo que considere as especificidades da comunidade de Diógenes Sampaio e tendo como relevância a historicidade desta comunidade, seus saberes e práticas narrados pelas mulheres colaboradoras desta pesquisa.

Este direito à educação não pode estar desatrelado ao direito à posse da terra na vida do/da camponês/camponesa, pois, é através da terra que se mantém viva a identidade campestre e a continuidade da sua historicidade. Sem ela, ficamos receptíveis a vulnerabilidade social de diversas formas.

Sobretudo, é fundamental o papel da Educação do Campo, de atuar como espaço contra hegemônico que luta pelo reconhecimento e pela afirmação das diferenças no campo, buscando valorizar as heterogeneidades presentes neste espaço através dos diferentes grupos de mulheres, de indígenas e de pessoas negras.

2.2 COLONIALIDADE, RAÇA E GÊNERO

O processo de colonialidade deu-se a partir do momento em que colonizadores europeus se apropriaram das terras que foram por eles denominada de Brasil. O argumento que os colonizadores usavam é que estavam à procura das terras no qual denominavam de Índias, contudo, se apropriaram dando nome ao território aos povos originários que aqui viviam. Além de impor aos mesmos sua religião, sua cultura, e sua língua como práticas de assujeitamento destes povos aos seus modos de vida, compondo modos de colonização.

O diálogo feito por Antônio Bispo (2015, p.48) evidencia que os povos de África, na trajetória de escravização até o Brasil, buscaram de diferentes modos rebelarem-se contra os colonizadores, escapando de várias maneiras: adentrando às matas virgens, reconstituindo grupos comunitários contra colonizador, se organizando politicamente na construção de Palmares e dos processos de quilombamento que configuram a realidade do povo negro no contexto do campo brasileiro na atualidade. Deste modo, negamos a perspectiva de que o nosso povo preto era não humanizado e, por isso, foi conformista com o processo de escravização.

Considero pertinente perceber os impactos do colonialismo em nossas vidas considerando, para esta compreensão, as dimensões raciais e de gênero fundantes deste processo na realidade brasileira. Na qual, uso como base teórica o pensamento de Munanga (2006) corroborando que a etimologia do termo raça, advém da expressão *razza*, proveniente do italiano, originário do latim *ratio*, com significado de sorte, categoria, espécie.

Ainda para Munanga, no latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral e características físicas em comum. Entretanto, no século XVI, o termo raça foi utilizado nas ciências naturais com o objetivo de distribuir as espécies vegetais e animais. E, no decorrer dos anos, esse termo foi utilizado para classificar os seres humanos, durante o processo de colonização.

Ao ser definida para classificar os seres humanos, o sentido da raça começou a ser acionado para dar maior visibilidade a um grupo humano do que outro e para constituir não humanidade para outros grupos. No Brasil, além deste imperativo, a mestiçagem também se constituiu como outro imperativo perigoso, no qual a ideia de que há igualdade racial porque somos todos mestiços, é um perigo para o letramento

racial da população, dos movimentos sociais e políticos como a Educação do Campo. Esta ideia se baseia na perspectiva de que todos os brancos e negros no Brasil acreditam na “mistura racial” como fundamento da sociedade brasileira, geneticamente falada. Porém, a raça é social e política (MUNANGA, 2006, p. 52).

É sábio, que a trajetória do povo preto no Brasil é marcada por lutas de resistências antiracistas, por acesso a direitos negados, respeito e dignidade. Sobretudo, pela preservação e valorização da identidade religiosa, cultural, racial dentre outras.

Essa luta se deu desde o período de escravização, desde as travessias até os movimentos de alforria e quando Palmares lutou por igualdade, liberdade e a vida do povo preto.

Lélia Gonzalez em sua obra *Por um feminismo afro – latino – americano*, denuncia a necessidade de articularmos as categorias classe, raça e gênero, objetivando uma reflexão crítica social sobre a realidade do povo negro marginalizado no contexto brasileiro. Para isso, a autora explica que,

Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma efetiva harmonia racial, já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos, sem exceção. Na verdade, Palmares foi berço da nacionalidade brasileira (GONZALEZ, 2020, p. 44).

E continua afirmando que na luta do povo preto,

a mulher negra anônima sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo (GONZALEZ, 2020, p. 55).

Nesse sentido, percebo que a mulher negra brasileira, é a líder da família, do aspecto financeiro ao moral. Fortalecendo seus descendentes na busca por melhor qualidade de vida, mesmo a sociedade nos negando. Somos nós que lutamos por uma igualdade de raça e gênero em um país onde nossas vozes são silenciadas.

Vale lembrar, que a fala do povo negro também, não foi evidenciada na produção acadêmica e, quando a referência negra aparece está associada à escravização. “Com isso, a reivindicação de que não sucumbimos à escravização não foi privilegiada, muito menos os nossos protagonismos e legados culturais” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Para a autora, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, e, assim, o nosso pensamento é posicionado como

inválido em uma referência moderna, contínua e sistêmica de ciência produzida a partir de referenteseurocentrados para definir o que conta como conhecimento.

Além disso, os nossos lugares de fala têm sido ocupados por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura e em querer falar de nós e da nossa história. Assim, desde antes com a colonização e, hoje, com as práticas contemporâneas de colonialidade na academia e fora dela, nossas vozes foram e são silenciadas pelo colonizador e reproduzidas por eles da forma que eles querem falar por nós.

Para situar, dialogo com a posição de Antônio Bispo dos Santos sobre a colonização não como um tempo passado, mas compreendendo os seus modos de funcionamento na atualidade. Para esta liderança quilombola, mestre dos saberes e intelectual negro brasileiro, *in memoriam*, “colonização são todos os processos etnocêntricos de invasão, de expropriação, de etnocídio, de subjugação e até de substituição de uma cultura por outra” (SANTOS, 2015, p.47).

Bispo situa este conceito para compreendermos como o que nos foi imposto, em uma prática de produção de desumanidade, que apagássemos nossa história, nossa cultura e que prevalecessem apenas as referências trazidas e impostas pelos colonizadores.

Neste processo, foram também cerceados o direito de falarmos as nossas línguas, de praticarmos os nossos cultos, de festejarmos nossa fé e nossas comunidades, de nos organizarmos de modo comunitário, etc.

Extinguindo a partir de práticas educativas, de violência e de morte, criminalizando e/ou impondo uma série de dificuldades para mantermos vivos todos os legados comunitários, inclusive, aqueles vividos pela minha comunidade. Sobre isso, Maria Lugones contribui que,

O processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados (2014, p. 941).

Estes autores nos ajudam a compreender a colonização e a produção da referência colonial e do seu oposto desumano, os/as colonizados/as. Entretanto, suas perspectivas nos permitem também acionar a descolonialidade como uma referência produtiva da vida na modernidade na atualidade, compondo práticas de contra-colonização e/ou descolonialidade, respectivamente, como modos políticos de ruptura com a produção racista, colonizadora, cisheterossexista e capitalista moderna.

Escutando-os penso que esta pesquisa se constitui como uma evidência de que nossos povos e comunidades tradicionais do campo resistem e reexistem, rompem e, por vezes, afirmam o colonizador, mas constituem espaços culturais marcados pelo legado negro quilombado que, efetivamente, como nos provoca Antonio Bispo, está em lugar de menor colonização e/ou de não-colonização.

Narrar as memórias, os saberes e as práticas educativas cotidianas de mulheres negras da comunidade do campo de Diógenes Sampaio localizada em Amargosa/BA significa registrar estes modos de contra-colonizar, movimentos de colonialidade e de produção política comunitária protagonizada por mulheres negras.

Assim, compreendo que mesmo diante de todas atrocidades impostas pelo colonialismo, buscamos formas e estratégias para preservarmos a memória de nossos ancestrais. Os quilombos e os terreiros foram espaços que serviram de refúgio para garantir a vida e os modos de organização para continuidade das memórias, dos saberes e da cultura dos nossos ancestrais e deste legado afro-brasileiro. Mesmo diante das perseguições sociais, essas comunidades atuam resistindo ao racismo, à colonialidade e aos investimentos de fissura destes povos em suas alianças infrapolíticas.

Tentaram e tentam manter nossas histórias presas nas máscaras de tortura, como fizeram com nossa guerreira Anastácia, pois o colonizador nos idealiza como pessoas direcionadas ao fracasso e, por isso, querem nos silenciar. A máscara usada pela guerreira Anastácia, citada por Grada Kilomba, continua nos torturando impedindo-nos de ter nossa voz visibilizada, nossas lutas efetivadas.

Ela representa o racismo, a colonialidade e o sexismo interseccionados e vivos em nosso cotidiano, especialmente no campo acadêmico e no protagonismo em espaços de representatividade política. Ao rompermos com a máscara, somos covardemente caladas, como fizeram com a nossa saudosa Mariele Franco, que denunciava a violência da polícia nas favelas e com a população negra.

Ironicamente calaram nosso corpo, mas nossa voz ecoa na voz de várias outras mulheres negras que lutam e acreditam em uma sociedade que respeite e valorize as vidas pretas. Grada Kilomba (2019), ainda nos lembra que a máscara vedando a boca do sujeito negro/a impede-o/a de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer “se desviar”, “manter a distância” nas margens, invisíveis e “quietas”.

Aprendizados apresentados por Lugones (2014) nos faz perceber que durante o processo de colonialidade a raça criou uma relação de dominação total, prática,

fortalecendo a ideia de superioridade e inferioridade entre o colonizador e colonizado. Luiz Rufino (2019) ressalta a importância de fazermos denúncias dos resquícios da colonialidade na educação e uma delas é a defesa do artifício que fazer conhecimento é também étnico - racial. Pois, não somos sujeitos vazios somos detentores de um conhecimento que é ignorado.

2.3 DESCOLONIZAR/CONTRA-COLONIZAR ECOANDO A VOZ DAS MULHERES NEGRAS CAMPESINAS

Processos colonialistas como esses tentam nos enganar transformando os nossos saberes em mercadoria (...) somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. (SANTOS, 2023, p.101).

Início este texto com o pensamento do saudoso Mestre Bispo para pensarmos no processo de descolonizar/contra-colonizar: “você quer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender” (SANTOS, 2023, p. 58). É repensar e desconstruir o que foi imposto pelo colonialismo, para o autor, é necessário pegar as palavras do inimigo que estão potentes e enfraquecê-las.

Usando nossas palavras enfraquecidas e potencializa-las. Para compreendermos a posição de gênero na decolonialidade, Lugones acrescenta que “descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada colonial e capitalista heterossexual visando uma transformação vivida do social” (2014, p.94). Escuto e leio esta autora para evidenciar que a colonização nos deixou traumas irreparáveis, uma vida de opressão e de perseguição raça-gênero permanente.

A colonialidade se constitui como o exercício destas referências na modernidade, as quais são funcionais no universo acadêmico e em suas áreas como a Educação do Campo. Isto é, nós mulheres negras assumamos/assumimos o papel de mãe de família e aresponsabilidade pela subsistência da mesma. Éramos e ainda somos nós que acordamos cedo e providenciar o café e o almoço para as nossas famílias e seguirmos para o trabalho na casa do colonizador. Nesse sentido,

Propor uma formação feminista descolonial é compreender a interseccionalidade entre os diversos tipos de opressões que recaem sobre as diversas mulheres, é entender a colonialidade do que se compreende como mulher, é compreender os corpos em liberdade, sem serem apagados,

usurpados e molestados, é compreender gênero como uma criação da colonialidade que dicotomiza, racializa, hierarquiza estes corpos, é estar atenta para impulsionar uma outra epistemologia a partir de paradigmas não dominantes (SANTIGO, 2023, p. 21).

Geralmente, exercíamos e ainda exercemos a função de doméstica para servir na casa dos brancos. A “abolição” aconteceu! Estamos libertos! Contudo, a preta continua servindo à casa branca. Até a tão sonhada “liberdade” foi realizada sem qualquer política pública de distribuição de terra, de vínculo trabalhista, de educação e saúde, qualquer coisa que socorresse a preta livre e, assim, nos garantissem o acesso à educação, à dignidade, à moradia e ao trabalho digno neste Brasil liberto.

Assim, apesar das contribuições da Educação do Campo na luta por reforma agrária e, ainda, as proposições feministas no pensamento social brasileiro e na produção acadêmica, estas últimas, segundo Lugones (2014), são posicionadas como reivindicações que não contemplam as mulheres em situação de pós-colonialidade ou mesmo colonialidade, visto que baseiam suas proposições ontológicas e epistemológicas a partir de referentes eurocentrados.

A leitura que Maria Lugones faz nos permite pensar nas dimensões que foram invisibilizadas pela história em relação ao protagonismo das mulheres de cor e, aqui, incluo as mulheres negras da comunidade de Diógenes Sampaio – Amargosa/BA.

É sabido, que a luta por direitos das mulheres não surgiu do acaso, sempre fomos discriminadas pelo fato de sermos mulheres e negras. Na minha comunidade, nascer uma mulher de cor nos distanciava, de diversas formas, dos homens, também de cor, e dos brancos. “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (GONZALEZ, 2020, p.50).

Cresci vendo esta injustiça dentro da minha casa. Minha mãe, mulher negra, trabalhadora do campo e meu saudoso pai. Trabalhavam, as vezes, no “ganho”, prática campesina em que a pessoa vende sua mão de obra em troca de dinheiro. Trabalhavam a mesma carga horária e na mesma função, na limpa das roças com a enxada. Porém, o valor que minha mãe recebia era menor que o dado ao meu pai, tendo como justificativa por ser “diária de mulher”.

Como se minha mãe produzisse menos que meu pai, apesar de exercer a mesma carga horária e função. Nos dias atuais encontramos a mesma realidade, referente a preços da diária por gênero. Em conversa com as mulheres na lida da roça, elas relataram que a diária do homem varia de R\$ 100 a R\$120, enquanto a da mulher fica

no valor de R\$ 70,00. Percebe-se uma diferença bem significativa de pagamentos de diária por gênero. “As estruturas de poder que afetam as mulheres campesinas, seus corpos, seu estar no mundo, devem ser analisadas a partir da interseccionalidade entre raça, classe, e gênero que criam a divisão sexual e racial do trabalho” (SANTIAGO, 2023, p. 20).

Ao me debruçar sobre as leituras das intelectuais feministas negras, percebo os modos de sexismo e de racismo que minha mãe e as mulheres vivenciam no seu cotidiano.

A intelectual negra e feminista bell hooks (2022), no seu livro *Feminismo é para todo mundo*, conceitua o feminismo como um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão e evidencia que os problemas que envolviam as mulheres negras eram fantasmas somente nossos. Pois, dentro do próprio feminismo, o centro das discussões eram voltados para as vivências das mulheres brancas, sem nos envolver.

A nossa vida, pós-abolição, marcada pelos trabalhos de ganho, pela baixa e/ou ausência de escolaridade, pelos trabalhos domésticos não era narrada como referência para estes feminismos. Entendo que o processo de colonização criou uma visão sobre nós, como um corpo existente para exploração física e/ou psicológica, posicionando sempre a mulher branca como pura para casar enquanto nós, negras, tratadas como sexualmente selvagens, sem humanidade, deveríamos satisfazer os desejos do homem branco.

Lélia Gonzalez (1980) nos lembra que a mulher negra é posta como inferior, como se fossemos seres sem racionalidade e sem evidências de protagonismo social e intelectual. Como mulher negra, desabafo que ser mulher de cor no Brasil nos remete a pensar sobre as desigualdades de raça, gênero e classe. Eixo de opressão que nos invisibiliza e oprime, sendo de total relevância levar em consideração a interseccionalidade nos estudos de raça e gênero para refletirmos e evidenciarmos o protagonismo da mulher negra brasileira no balançar da estrutura social do racismo-sexismo-capitalismo, no qual não se pode separar o gênero da raça.

Lugones (2012, p.1) propõe que,

A construção de um feminismo de resistência à dominação, um feminismo construído por mulheres que vivem diversas opressões em consequência da raça, classe e gênero “A despatriarcalização só é possível se houver a descolonização do saber e do ser, a partir de um feminismo decolonial.

hooks (2014), em seu livro “*Eu não sou uma mulher?*”, as mulheres negras

acreditavam que, ao terem direito ao voto, poderiam mudar o sistema educacional e terem acesso à educação, à participação na política e aos outros espaços ocupados antes somente pelos homens e pelas mulheres brancas. Segundo Lima et al.,

O pensamento europeu consolidou um modelo de mulher que sempre subjulgou e secundarizou as mulheres brancas. As negras sequer foram cogitadas como sujeitas dessa sociedade moderna. Pensar futuridade, para essas mulheres, pressupõe protagonizar uma existência outra desmantelada pelo poder patriarcal, construir bases sólidas para as mais diversas vivências individuais e coletivas e ressignificar as experiências interseccionais de ser mulher negra nessa sociedade, enquanto se constrói outra em que caibamos todes. (2022, p. 64)

O racismo estrutural é determinante sobre nossas vidas, estamos sempre em posição de subalternidade frente a mulher negra e ao homem branco. Como se não tivéssemos humanidade e sensibilidade para a vida. Esta condição se dá pela associação ao atributo socialmente elaborado. Está relacionado principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação – qualificação = submissão) e a distribuição dos agentes (GONZALEZ, 2020, p. 28).

É sabido que a sociedade brasileira foi projetada para o homem branco. Para nós, negras, associaram os lugares da babá, da doméstica, da prostituta e da faxineira. Tendo visibilidade apenas no carnaval, por um período de quatro a cinco dias, por sermos vistas como bom produto erótico que enseja o desejo sexual dos estrangeiros, que vem ao carnaval admirar nossos corpos e na tentativa de nos possuir em suas camas. Logo após o carnaval, seguimos na vulnerabilidade social e nos cargos que nos foram determinado antes.

O carnaval não nos livra da vulnerabilidade, re-posiciona neste eixo de opressão racial-sexista-colonizador. Até porque, o objetivo da sociedade machista, racista e capitalista não é promover lugares de autonomia política e social para as mulheres negras, principalmente as campesinas, que são, em geral, abandonadas pelas políticas públicas de gênero e raça.

Para Lélia Gonzalez,

[...] o que se observa é um racismo cultural que eleva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e em particular a negra desempenharem papéis sociais desvalorizados em termo de população economicamente ativa (2020, p. 35).

Sobre isso, Lima (2022, p. 75) acrescenta que as linguagens coloniais ainda trabalham para calar o sujeito negro e destituí-lo de sua humanidade. Concordo com este pensamento/argumento, pois o racismo é fervente em nossas vidas de modo articulado aos resquícios coloniais.

Nesse sentido, cabe destacar a força do Movimento Negro que Nilma Lino Gomes (2017) nos apresenta, pois é a partir dele que é exposto para a sociedade brasileira a segregação social e luta por políticas sociais e econômicas que promovam a historicidade dos/as negros/as no Brasil. Além disso, o movimento negro questiona uma maior participação do/da negro/a nos concursos públicos e na universidade públicas.

Gomes (2017) faz uma ressalva importante, mostrando-nos que vivemos em tempos de políticas de ações afirmativas nas universidades e nos concursos públicos. Mexendo com as forças patriarcais, com o capital e grupos dominantes. Flexibilizando o mercado de trabalho, que era ocupado somente por um determinado grupo, oportunizando outros públicos, a exemplo, uma presença maior de mulheres negras garantindo e efetivando nossos direitos.

Cabe destacar, que sou fruto das políticas de ações afirmativas, ao ingressar pelas cotas na graduação e na pós-graduação. Recentemente, fui aprovada em dois concursos públicos como professora das séries iniciais no município de Sapeaçu e para o cargo de coordenadora pedagógica da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, com o usufruto novamente das cotas que é tão criticada por aqueles que já nasceram com privilégios.

Desse modo, Gomes “vê a superação das desigualdades raciais, através desse movimento social que ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante” (2017, p. 21). Vale lembrar que, na sociedade moderna, conquistamos através do Movimento Negro a, implantação das políticas de promoção da igualdade racial e a inclusão do racismo como crime inafiançável na Constituição Federal, além da obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e africanas nas escolas públicas e privadas através da lei 10.639/03.

Ainda para Gomes,

Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto da das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social, coloca em cheque o mito da democracia racial. (2017, p. 22)

2.4 MULHERES NEGRAS: PROTAGONISTAS ANCESTRAIS

(...) *Para não matarem nossas ideologias*

Que fundamentam a luta de raça, classe e gênero

*Nossa história não é só de harmonia e alegrias
 Não somos só as mulheres do lar, do amar, do cantar e sambar
 Estamos constantemente a nadar contra e a favor das correntes que os ventos teimam soprar
 Somos mulheres do lutar, do transformar, do resinficar
 Histórias de dor em resistência
 É mentira!! Não somos fortes em essência Somos passado, presente e futuro
 Somos resistência, essência Resistimos por nós
 Pelas nossas ancestrais e pelas gerações futuras, como justificou dona Maria do Paraguaçu(...)
 (Elionice Sacramento)*

A poesia que trago especifica um pouco a nossa representatividade social e resiliência a nossa ancestralidade. Wanderson Nascimento conceitua a ancestralidade não apenas como uma relação que se estabelece com os ancestrais, pois é também “uma lógica de continuidade que confere sentido desde o presente ao passado, que forma a memória” (2020, p. 42). Nesse sentido, a ancestralidade para a população negra brasileira, tem uma representatividade histórica que contribuiu e contribui na formação da sociedade brasileira e continuidade da cultura afro-brasileira.

É sábio que, há séculos estudiosos debatem acerca do conhecimento do senso comum, versus conhecimento científico. Ambos os saberes, são relevantes, e por vezes caminham paralelamente. Nenhum conhecimento é neutro ou inválido, a natureza nos proporciona uma diversidade de conhecimentos e os cientistas legitimam o que a mesma nos proporciona.

Por anos, as pessoas recorriam ao saber comum, por ter fácil acesso ao mesmo, ao contrário do saber científico que por vezes era limitado a maioria da população economicamente carente, se valendo as nossas crenças ancestrais. Vale salientar, que o discurso de racionalidade científica que superintende na sociedade moderna surge a partir da Revolução científica do século XVI, desenvolvendo-se nos séculos posteriores, no comando das ciências naturais. Porém, somente no século XIX que a racionalidade se expande às ciências sociais.

Com base nesses pressupostos, o saber tradicional, continua existindo, e nada nos impede de investigar seus fenômenos. Inserindo na ciência formal, para investigação empírica contribuindo na transformação social. Nesse sentido, é relevante lembrarmos, que vivemos em uma sociedade com um dualismo de saberes o científico e o tradicional. Para Castiano (2000) “O desafio teórico social que deriva deste

pressuposto é o de reconhecer os novos contornos resultantes da interação e apresentá-los numa esteira discursiva”. (CASTIANO, p. 04)

Contudo, o desafio, é manter os saberes interdisciplinados nas instituições e sociedade. O saber científico, entra nas universidades por corpos masculinos e brancos realizando experimentos em seus laboratórios. A ciência por anos, foi um espaço ocupado como determinante de gênero e raça. Percebemos a ausência da mulher nos lugares de produção científica acadêmica, sobretudo, não queremos neutralizar a presença do homem na ciência, mas que haja igualdade de gênero acessível a mesma.

Desse modo, ao mencionarmos o saber comum ancestral, o mesmo não é um saber propagado como fator relevante em suas aulas e práticas dentro das instituições educacionais. Enquanto o moderno científico, mantém-se como centralização das instituições. Nesse sentido, para Castiano “a descolonização não conseguiu mudar esta lógica. Na divisão internacional da produção científica, as metrópoles parecem ser os teorizadores e inventores (2000, p. 05).

Nesse sentido, percebemos a ausência de políticas públicas eficazes para divulgação e valorização dos saberes ancestrais em espaços formais. Que de alguma forma, esteve presente no cotidiano dos mais pobres, e em especial nos territórios camponeses contribuindo de diversas formas, a população negra, sempre esteve a frente dos cuidados e conhecimento com as ervas, porém, nunca fomos protagonistas e/ou sempre nos negaram esta posição, pois o racismo, sexismo e o clássismo, bem como outras formas de invisibilidade, buscam nos subalternizar e invisibilizar.

Acerca dessas condições que vivemos, volto a citar a feminista Lélia Gonzalez e seus escritos no livro *Por um Feminismo afro-latino americano* onde ela relata a contradição social que vivemos e que estamos longe de viver uma igualdade racial. Referindo-se a uma fala do humorista brasileiro Millor Fernandes que diz que aqui no “Brasil não existe racismo, porque os negros conhecem seu lugar”.

Sendo uma mulher negra camponesa, pertencente a um território onde a discussão de gênero interseccionada à raça ainda perpassa de forma tímida, questiono a fala deste humorista. Qual seria esse nosso lugar? Seria os das mazelas sociais, nas favelas sem moradia digna, sem educação de qualidade? Sem acesso a níveis elevados da educação, nem a saúde, as vezes, lutando nos calçadões da prostituição para sobreviver? Quando não nos silenciam com as porradas do cacete ou bala policial “perdida” que tem o algo certo para o corpo das/dos pretas/os.

Como mulher preta do campo, atrevo a responder a fala do humorista. O lugar

que o mesmo diz que nós negros/as conhecemos nosso lugar e por isso no Brasil não tem racismo, não conheço outro a não ser os citados acima. Não porque queremos, mas porque o Estado também produz esta realidade e o direito cidadão e de amparo do Estado se constitui em investidas racistas por responsabilidade do “acaso”, vivendo a vulnerabilidade social e do racismo brasileiro dia e noite.

Ainda sobre protagonismo social, saliento que, apesar dessa sociedade ser construída em cima do sangue do meu povo, através das atrocidades dos pelourinhos das senzalas e outros espaço, sempre fomos vistos/as como “qualquer coisa” sem possibilidade de falarmos e defendermos. Nesse sentido, Sacramento corrobora que tem “compreendido que meu povo é historicamente vitimado por projeto de extermínio que nos privam de viver com liberdade no território e em conexão com ancestralidade” (2019, p.34).

Enquanto nós pretas/os, não queremos igualdade de cor, e sim respeito entre os povos através da sua diversidade étnicas, dialetos, orientação sexual, religiosas e culturais. Cabe lembrar, que cada grupo étnico tem suas particularidades e infelizmente quando essas características não são bem aceitas pela sociedade começam as perseguições, ofensas e discriminações, esses tipos de preconceitos ainda estão muito presentes no campo educacional e no espaço campesino.

Sobretudo, o projeto de Educação do Campo precisa fortalecer a perspectiva da diversidade de sujeitos a partir das linhas interseccionais entre raça, gênero e território. Essa discussão é gritante e necessária. Uma vez que nosso campo é racializado e diverso. Como nos lembra Eleonice Sacramento (2019), raça, gênero e etnia são bem presentes no debate sobre direito ao território.

Entretanto, pensando na Educação, e minha ancestralidade, percebo que continuamos protagonistas da nossa história juntamente com as comunidades quilombolas no Brasil. Que são territórios que preservam e dão continuidade à história do nosso povo. Esses espaços serviam e servem de refúgios e resistência para a continuidade das nossas memórias, saberes e cultura dos nossos ancestrais.

Para Givigi et al., “o cuidado coletivo e a defesa do uso adequado da terra são legados que as comunidades afrodescendentes no Brasil têm buscado preservar em suas práticas cotidianas” (2021, p. 03). Assim, essas comunidades atuavam e atuam como espaço de resistência ao racismo, patriarcado, sexismo, intolerância religiosa e racial. Algumas comunidades preservam o legado africano através das práticas dos nossos ancestrais através da religião.

Nesse sentido, os costumes, valores e saberes dos/das nossos/nossas mais velhos/as, nos permite compreender as contribuições dos legados negros afrobrasileiros para a vida para além da perspectiva da visão monolítica da escravização, como único processo vivido pelo povo negro no contexto brasileiro. Nos ridicularizam nos livros didáticos como meros escravos/as sobre a atenção de um capataz que nos vê como reprodutores de força de trabalho para servir uma classe dominante branca.

No 20 de Novembro, morte do nosso herói Zumbi dos Palmares, dia que representa luta por direitos e resistência para nós, a data é trabalhada por algumas escolas de forma folclorizada, usando vestimentas como fantasias, nossos cabelos e estéticas como algo superficial, como se fosse um estilo, ignorando nosso fenótipo, que faz parte da nossa identidade somente nesta data. Essas ações evidenciam o racismo epistemológico contra o conhecimento produzidos pelo nosso povo. Sobre isso, Miranda explica que,

A concepção de raça desvaloriza a contribuição biológica e pauta o discurso que atende, mais uma vez, aos interesses do fundamentalismo capitalismo, em que um grupo se sobrepõe e tem a sua epistemologia validade na representatividade e construção intersubjetiva de todos os sujeitos inferiorizados. (2020, p.85)

Saliento que a educação teve um papel fundamental em disseminar o ódio e o racismo, sobretudo, que nos envolve. Ignoram que somos referências históricas vivas de povos culturalmente ricos. E esta cultura está viva no nosso país através da religião, da culinária, da cultura, da arte, da música, da produção científica, enfim, em uma diversidade de áreas.

Percebo a necessidade das universidades, escolas/educação reconhecerem a relevância do ensino da literatura afro-brasileira para a formação e identidade dos/das nossos/as, executando a lei nº 10.639/03 que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira na grade curricular do ensino Fundamental e Médio. E mesmo com a lei, algumas escolas não se esforçam para a aplicabilidade da mesma. Sabe-se que esta lei tem o objetivo de educar as pessoas para uma sociedade antirracista, justa e democrática.

Como podemos observar, ao longo da leitura desses escritos, para nossas pautas serem inseridas nas instituições temos que recorrer às leis, mas, mesmo com elas, ainda somos ignorados/as. “Não podemos esquecer que a escola é um aparato do Estado e a forma como a governança se relaciona com o espaço educativo aponta quais caminhos a política nacional, estadual e municipal perspectivam para a formação do

seupovo” (MIRANDA, 2020, p.146).

Seguindo o raciocínio do autor, Sacramento (2019, p.24) faz uma relevante ressalva, relatando que “as escolas regulares muitas vezes não falam nossa língua, não nos valorizam, muito menos valorizam nossa história e a história da nossa gente”. Para Matos (2008), as religiões e depois as próprias organizações científicas, se incumbiram dessa opressão. Pôr a ciência formal ser um espaço de invisibilidade da mulher, somente o homem era visto e ainda é, como ser pensante e produtivo cientificamente. Nesse sentido:

A ciência estava marcada por uma visão machista e por isso não dava conta de explicar a situação da mulher na sociedade. Este questionamento transformou o campo dos estudos feministas em um sólido aporte de agitação epistemológica. O que estava em jogo no momento era a validade de todo um modo de produção desconhecimento pautado na centralidade do homem, a necessidade não era a de substituir uma ciência masculina para uma feminina, pois resultaria no mesmo determinismo biologizante de antes. (SANTOS, 2009, p.01)

Vale lembrar, que as pesquisas referentes a gênero buscam compreender a sua importância analítica para esclarecer a construção histórica e social das diferenças entre mulher e homem.

Nesse sentido, Reis corrobora que,

[...] um dos principais campos de disputa do projeto feminista é o espaço da ciência e da academia, e o foco foi e ainda é produzir saberes sobre e por mulheres. Sabe-se que, durante toda história, a Ciência Moderna objetifica as mulheres, negando-lhes a capacidade de autoridade do campo. (2022, p. 83)

Sobretudo, nós mulheres negras sempre produzimos saberes, porém não temos visibilidade nem reconhecimento social.

Para Reis,

As mulheres, em certa medida, praticarão ciência de modo diverso em um mundo que legitima tais pressupostos: usarão metodologias diversas ou se basearão em práticas de observação e compreensão do mundo à sua volta sendo conscientes da intencionalidade de seus estudos e dos usos que deles farão, e poderão dar novo nome e transformar às emoções proscritas excluídas da investigação científica. (2022, p. 84)

Desse modo, faz-se necessário potencializar a ocupação da mulher nos espaços científicos, ocupados há anos somente por homens. Na sociedade atual, os números de mulheres na ciência ainda são menores diante dos homens. Resquícios de uma época em que os estereótipos acerca da presença da mulher na produção científica era algo utópico, por assumirmos a responsabilidade maior de criar os filhos e da responsabilidade doméstica, reduzindo nosso tempo, para adentrar na ciência.

Nesse sentido, Xavier (2021), ressalta que a ciência de mulheres negras é uma teoria crítica que se caracteriza pela valorização dos pontos de vista, da experiência e da articulação entre pensar e o fazer de mulheres negras. Assim, podemos citar o benzimento como uma forma antiga, no tratamento de várias doenças físicas e espirituais, usando a natureza como elemento para a “cura”.

No Brasil, essa prática surgiu a partir do século XVII, o ato de benzer faz parte de crenças culturais conectadas a uma tradição dos nossos ancestrais. Sabe-se, que o saber tradicional e o conhecimento empírico dominado pelas benzedadeiras e rezadeiras das comunidades camponesas são extremamente importantes. Estas mulheres são percebidas pela maioria da comunidade onde desempenham seus papéis como as “primeiras médicas”.

Elas são responsáveis por fazerem partos naturais, “rezar contra quebranto, olho gordo, fazer garrafadas, espantar encostos dentre outros”. Presentes há décadas em nossas comunidades, essas mulheres são respeitadas por sua responsabilidade de manterem viva sua cultura.

Cabendo a necessidade em valorizarmos as heranças deixadas pelos/as nossos/as antepassados, através da relação com a natureza, vivências como a oralidade, as práticas culturais e seus saberes. Nesse sentido, as benzedadeiras agem como a pessoa na qual outras pessoas buscam alívios para suas doenças, como cientista popular, misturando o mundo místico e os conhecimentos curativos através das plantas.

Desde o período de escravização, os/as negros/as escravizados/das ou libertos/tas recorriam aos saberes que conheciam sobre as plantas para aliviar suas dores, a até dos seus senhores. As ervas, eram usadas também, para banhos, garrafadas e chás dentre outros benefícios para o uso humano.

O uso de plantas medicinais nativas era uma das características que delimitavam o ofício de curandeiro, junto com o tratamento apenas de doenças consideradas leves e a restrição à região onde morava, e desde que não houvesse médico’’(PIMENTA, 2022, p. 04).

Sobretudo, penso que a ancestralidade é um dos princípios que o povo africano e afrodescendentes tem aqui no Brasil, para manter a relação com a linhagem da espiritualidade e representatividade histórica do nosso povo aqui no nosso país.

3. AS PRÁTICAS ANCESTRAIS DAS MULHERES DE DIÓGENES SAMPAIO: O QUE NÃO TE FALARAM SOBRE NÓS



Foto 02 : Mulheres na colheita do amendoim Fonte: Viviane Santana/2022

Para o/a camponês e a camponesa o mês de Março além de iniciar o outono, representa o tempo da fartura no campo, é também o período de plantar o amendoim e milho para colher no mês de junho. Nesta foto, as mulheres estão reunidas cantando e contando seus causos e destalando amendoim, um dos fazeres delas herdados dos nossos ancestrais.

A cada encontro com as mulheres da comunidade , percebi a vontade de serem escutadas, elas tem muito o que nos ensinar e contar, porém poucos tem tempo para escutar- las. Em conversa, e visita a casa de dona Dete ela me leva até sua cozinha para tomarmos um café e batermos papo.

Ela me mostrou um lambedor fervendo dentro de uma panela de barro em cima do seu fogão a lenha para combater a gripe, falando “vem, vem cá neta de Sinha Nuni, pra eu te ensinar como fazer esse lambedor, hoje em dia ninguém quer saber de lambedor caseiro, só remédio dos médicos”. As nossas mestras e os nossos mestres da oralidade foram considerados desnecessários pelo sistema, e tentaram substituí-los pelos mestres da escrituração. (SANTOS, 2023, p. 25)

Nesse sentido, ainda presente em sua cozinha, sentei na cadeira e fui tomar o café e observar a forma que ela manuseava as raízes e ervas para colocar dentro das outras ervas que já estava dentro da panela no fogo.

Ela também relatou que sente saudades de estar dentro dos rios pescando, porém, suas limitações corporais devido a idade não a permite. Outro dia fui ao seu

encontro, e lá estava ela sentada a frente de sua casa. Dei benção e ela respondeu: “Deus te abençoe! Como está tu?” Respondi: “Estou bem e a senhora? Está fazendo o que de bom? O que é isso que a senhora está fazendo?” Ela respondeu: “É um Jeréré” (utensílio usado para pesca), “eu costurava vários para o povo aqui da comunidade pescar, porém agora as vistas estão curtas, só costuro para meus filhos e netos.” (Caderno de campo, 16/08/2022)

Além de dona Dete, dona Liu, e tantas outras senhoras amam ficarem de papo com quem pode escutá-las e conversar com elas alguns minutos ou horas. Dona Liu sentada no batente de sua casa durante a tarde, descansa e observa as crianças brincarem. Porém, a mesma tem problemas nas pernas e não pode caminhar muito. Dona Izabel também é uma enciclopédia viva (risos), tem muito o que falar, conhece as maioria das histórias da comunidade, conhecedora de muitas ervas para chás e banhos. (Caderno de campo, 22/09/2022)

Gosto sempre de visitá-la, ela sentada na sua máquina de costura viaja no tempo e eu também. Conta causos do tempo do seu pai, relacionado às doenças da época e quais ervas usavam para curar as patologias que a medicina não sabia como curá-las. Tem um coração solidário, todas as vezes que estava na sua casa chegava alguém lhe perguntando se podia fazer uma costura e se tinha determinada erva/planta que a pessoa procurava.

Quando a pessoa não sabia o nome da planta perguntava: a senhora sabe qual dessas folhas serve para tal doença? Ela levantava com um pouco com dificuldades nas pernas da sua máquina e respondia, “é tal folha”. Entrando dentro do seu quintal cheio de plantas medicinais e escolhia a erva, ensinava a pessoa como fazer e a entregava, o seu cotidiano se resume nessas práticas.

Como mencionei, nos caminhos percorridos para realização desta pesquisa, foram realizados vários encontros com as mulheres na comunidade e a maioria deles foram acompanhando-as em suas atividades laborais como, na lavoura, na ida a mata buscar lenha, em suas casas ou na Associação das Margaridas: Dona Flor. Local onde as mulheres realizam práticas de costura, produção de bolos e sequilhos.

A associação surgiu através de um encontro entre moradores da comunidade e apoio de empresários locais, com intuito de promover o crescimento pessoal e profissional das mulheres talentosas dessa comunidade.



Foto 03 : Mulher associada na confecção de roupas. Fonte: Viviane Santana/2023

A costura, é uma prática realizada há várias décadas pelas mulheres na comunidade, através desse ofício, muitas que eram mãe solo, conseguiram criar seus filhos. Segundo nossas mais velhas, antigamente comprar roupa era complicado e caro, além, de não ter opções. Então as pessoas recorriam as costureiras para confeccionarem suas roupas.

Quando realizei a primeira oficina no dia 10 de agosto de 2023, as mulheres da associação estavam felizes comemorando a conquista em terem participado no SENAC/ Amargosa/BA, do curso profissional de Marketing e Vendas, que tinha como objetivo impulsionar o trabalho das mulheres na associação, tornar mais conhecida através de um novo designer da marca e divulgação na internet, pelas redes sociais da associação, cartão de visita, dentre outros.

Como já foi mencionado, a primeira oficina foi realizada no dia 10 de agosto de 2023, com duração de duas horas, das 14:00 às 16:00h, denominei-a “Gênero na Sociedade Moderna”. Realizei uma roda de conversa, onde usei como referências os pensamentos de algumas autoras negras feministas como Lélia Gonzalez, bell hooks, Maíra Reis para falarmos de gênero.

Realizei a oficina, com imagens de diversos perfis de mulheres para elas escolherem uma imagem e relatar o porque da escolha. Com objetivo delas se perceberem como mulheres entrelaçando a raça. No início elas ficaram tímidas, para falar das suas percepções acerca das imagens, porém para descontraí-las escolhi uma

imagem também, e apesar delas já me conhecerem, me apresentei novamente, agora com uma caminhada diferente das que elas estão acostumada a escutar. Falei da Viviane mulher negra campesina, professora, mestranda, que desde a infância se afirmou como mulher e preta. E as situações de racismo vivenciada ao longo da minha vida até o exato momento daquela oficina. Assim, escrever é uma revelação. É um chamado e um movimento, ilumina. (HOOKS, 2022, p. 120)



Foto 04- Roda de conversa – Oficina Gênero na Sociedade Moderna. Fonte: Viviane santana/2023.

Depois, que escutaram o que falei, cada mulher escolheu uma foto, justificando sua escolha. Ao longo das discussões perguntei: Quando se perceberam mulher? Já sofreram algum preconceito por serem mulher? Já sofreram outros preconceitos por ser mulher, negra, ou moradora do campo?

Josenaide, 35 anos, escolheu a imagem de uma mulher negra e atriz Tais Araújo, relatando,

Me identifico com ela, pelo empoderamento, por ser uma mulher negra ativista contra o racismo no Brasil, por me sentir representada por ela. Fui a primeira da comunidade a aceitar meu cabelo crespo e incentivo outras mulheres a se vê como mulher preta e bonita. A sociedade quis me limitar a buscar novos horizontes por ser mulher preta do campo. Porém sempre fui osada e busquei o melhor, cursei a faculdade na UFRB, sou professora de Educação Física e funcionária pública e dona de minhas decisões. Morei em outro estado, mas sempre com foco em retornar para minha terra, essa terra é minha vida. Tenho orgulho de morar aqui na comunidade de Diógenes Sampaio e todo trabalho que faço é para beneficiar minha comunidade e meu povo. Quero o melhor para esse lugar que nascir, cresci e vou morrer. (JOSENAIDE, 10/08/2023)

Percebi em sua fala a importância do papel social que a educação tem, como fator de transformação social, pois infelizmente nem todas mulheres tiveram a oportunidade de acessar a educação básica e quiza a superior. Percebo a potencialidade das mulheres do campo, que são resilientes em enfrentarem o sistema capitalista racista em defesa dos seus objetivos.

Saliento, que nem sempre a educação exerce seu papel, se tratando do campo, ainda temos muito a alcançar. Porém,

se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujaça da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. (EVARISTO, 2020, p. 30)

Corroboro com o pensamento da autora, pois antes não tínhamos voz para nos expressar de nenhuma forma, porém, na sociedade moderna através das políticas públicas e de enfrentamento ao poder patriarcal racista conseguimos o direito a escolarização e por consequência a leitura e escrita.

Contudo, ao finalizarmos este primeiro encontro, percebi nos olhares e sorrisos das mulheres uma sensação de valorização e pertencimento, por terem um momento de fala das suas angústias e representatividade como mulheres do campo. Nesse momento, solicitei que desenhassem um espaço da comunidade, ou algo marcante das suas trajetórias que as representasse como mulher moradora do campo, para montarmos nossa colcha de retalhos, e elas fizeram seus desenhos.

Antes, expliquei que a colcha, se trata de uma arte utilitária, que usaríamos como elemento da identidade cultural de nossos antepassados. Sendo uma ferramenta pensada no nosso contexto, que deveríamos continuar ampliando sua confecção de acordo com nossas trajetórias.

No segundo encontro, realizado no dia 22 de Agosto de 2023, com duração de duas horas, das 14:00 às 16:00h, onde denominei a oficina de: Negrxs Eu? Com objetivo delas terem uma percepção de si como mulher e negra. Iniciei o diálogo com o vídeo de Caio Prado “Não sou Teu Negro”, para dialogarmos sobre raça, gênero e a situação do/da negrxs no Brasil.

Após assistirem o vídeo, perguntei o que acharam. E algumas mulheres falaram que nunca tinham pensado na possibilidade de serem discriminadas por causa da cor da pele. Percebi em seus olhares, varias indagações ao longo do vídeo. Como se o vídeo trouxesse para suas vidas, um novo olhar acerca da cor das suas peles e da nossa

realidade como negrxs no Brasil.

Como pesquisadora, observei que o problema não era o fato de assumir que foi ou não discriminada pela cor da sua pele, mas apresentar ao grupo os traumas sofridos ao longo da sua vida, o racismo em alguns momentos tem esse poder de nos silenciar dentro de nós. Nesse sentido, “o racismo é uma desordem sistêmica que atinge a vida de todos, sobretudo a das pessoas de cor, por um alto valor”. (bell hooks, 2022, p.103)

Aproveitei a oportunidade e lancei a pergunta: Já sofreram algum preconceito pela cor da pele? Dona Dedé, respondeu,

Esse vídeo e essa pergunta me fez lembrar do que aconteceu comigo : só me dei conta que o racismo existia e que minha cor me limitava diante gente branca. Quando fui trabalhar como babá em uma casa, no Rio de Janeiro. A mãe da minha patroa ao me ver cuidando do seu neto branco, falou: eta! tire a mão do meu neto sua preta. Vá embora daqui. Fui embora, e naquele momento minha “ficha” caiu, eu era preta e não me dava conta disso, e por isso, fui humilhada daquela forma. Se fosse hoje, eu daria queixa por crime de racismo e não abaixava a cabeça como fiz naquele dia. (Dedé, 22/08/2023)

Diante esta fala, debrucei-me no pensamento de González em seu livro “Por um Feminismo Afro Latino Americano”, onde ela traz o conceito da mulher negra doméstica. Aquela que durante o período de escravização era colocada como objetificação, a gostosa, boa de cama para realizar os desejos sexuais dos seus senhores, cuidar dos filhos da Sinhá, parir e ter seus filhos comercializados, dar lucratividade aos seus senhores.

Mas, uma mulher negra servil obediente que não tinha carga horária limitada, nem respeitada. No entanto, ao tornar-se “livre”, não é mais útil para servir com remuneração e carga horária limitada a família branca, pois sempre será vista como a escrava, servil, obediente e domesticada.

Contudo, dando continuidade a pesquisa, realizei o último encontro no dia 17 de Setembro de 2023, com duração de três horas das 14:00 às 17:00h. Com a oficina temática “Educação do Campo e Ancestralidade”, com objetivo de trazer através das memórias e narrativas, as práticas realizadas pelos nossos ancestrais.

Abrindo com uma mística, onde as mulheres cantavam a música alecrim dourado e seguravam em suas mãos galhos de diversas ervas. Foi um momento de entrega minha e das mulheres, não saberei explicar nesses escritos a sensação maravilhosa, apenas carregarei na memória aquele momento tão sagrado para nossos/nossas ancestrais.

Ao terminar a mística, nos sentamos em formato de roda/círculo e começamos a dialogar sobre as práticas dos/das nossos/nossas ancestrais. As mulheres falavam da

importância daquelas ervas expostas no chão da sala da associação e cada uma falava a importância delas. Narrando causos, da sua juventude, dos/das nossos/as mais velhos/as e dos seus pais.



Foto 05 – Oficina Educação do Campo e Ancestralidade. Fonte: Viviane Santana/2023

Na roda, tinham ervas que serviam para várias enfermidades, segundo as mulheres presentes naquele ambiente. A folha de Maria Milagrosa, conhecida também, como Maria preta serve para reumatismo, cicatrização de feridas, artrite reumatóide, dores musculares, reabilitação do AVC (acidente vascular cerebral), dores no estômago, dentre outras patologias que as mulheres falavam. O eucalipto para curar da gripe, resfriado, e dor na garganta. A folha do velame para banhos, defumadores, chás para AVC, para problemas no fígado, cicatrizante, dentre outras funções.

A prática da cura através dos saberes tradicionais é uma superação ao colonialismo, que ignorava e proibia as práticas dos ancestrais, que era vista como algo do mal, mesmo esse saber salvando vidas.

A religião cristã eurocentrica, compreendia que o uso das ervas era algo demônico, iniciando a comercialização de medicamentos e oferecer os conhecimentos desta área da farmácia como referência pra a vida. Para Miranda “o ato decolonial é um ato em defesa da vida, assim reivindico que as açõesde transgressão à colonialidade se permitam o arrebate por outros princípios explicativos” (2020, p. 277).

Nesse sentido, perguntei as mulheres quando vocês adoecem o que fazem? Onde buscam ajuda? Vocês tomam algum remédio? Dona Deli 78 anos, respondeu,

Eu nunca fui no métrico, não tomo remédio pra nenhuma duença. Num sinto nada, quando vem uma gripe eu vo nos matos e pego as fóias e cudio de fazer logo uns chás e a gripe passa bem longe de me (risos). Só comu as coisas do meu quintá e num sinto nada. Comu minha galinha de quintá, carne assada, pirão e verduras. Hoje em dia tudo tem veneno nas cumidas e nas prantas, eu só como as coisas do meu quintar. (DELI, 17/09/2023)

Percebi em sua fala, que a mesma faz parte de uma geração que não tem acesso aos atendimentos médicos, a escassez de profissionais de saúde no campo, ainda é gritante. Percebo em sua fala a ausência de políticas públicas no e para o campo, onde já foi citado nesta pesquisa, que na comunidade tem um posto de saúde, mas não tem atendimento todos os dias para os moradores, tão pouco especialistas para as demandas do território.

Nesse sentido, percebo que “a ancestralidade aparece, nesses povos, como um dos fundamentos da própria cultura, que seguindo a dinâmica ancestral não será jamais estática” (NASCIMENTO, 2020, p. 42).



Foto 06 – Confeção da colcha de retalhos pelas mulheres da comunidade. Foto: Viviane Santana/2023

Para finalizarmos nosso último encontro, as mulheres confeccionaram a colcha de retalhos com os desenhos que representavam suas trajetórias na comunidade, cada desenho elas explicaram, representa a identidade, resistência e cultura de cada uma naquela comunidade.

Cada mulher costurava o que desenhou, trazendo em suas narrativas a simbolização dos desenhos, a maioria desenharam características da natureza da comunidade, onde trazia memórias de suas trajetórias e manifestações culturais da

comunidade.

Ao socializarem no grupo, o significado dos desenhos falaram que o pinheiro representa a resistência do povo de Diógens Sampaio, pois ele é uma árvore antiga na comunidade que se inclina, mas sempre está em pé apesar da evolução dos anos, assim como nosso povo preto.

Outra explicou o desenho da árvore de Flamboyant, explicando que a árvore passa maior parte do ano, decaído, mas que quando chega a primavera brota lindas flores vermelhas. Assim como nós pretos/as do campo, que somos estigmatizados de fracos, improdutivos, mas na realidade somos resistência e sempre produzimos bons frutos.

No Mês de Novembro do ano de dois mil e vinte e três, colaborei com a organização do Décimo Congresso Internacional dos dez anos da Educação do Campo em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB).

E anexo a ele, a exposição de feira com produtos da região produzidos pelas/pelos campesinas/nos do vale do Jequiriça e outros territórios. E convidei as mulheres de Diógens Sampaio para participarem desse evento, elas aceitaram e fizeram exposição dos seus produtos, produzidos na associação Dona flor. Foi um momento muito rico para mim e para elas, no qual trocamos experiências com outras mulheres de outros territórios, conhecemos outros produtos artesanais e vivências de outras culturas.

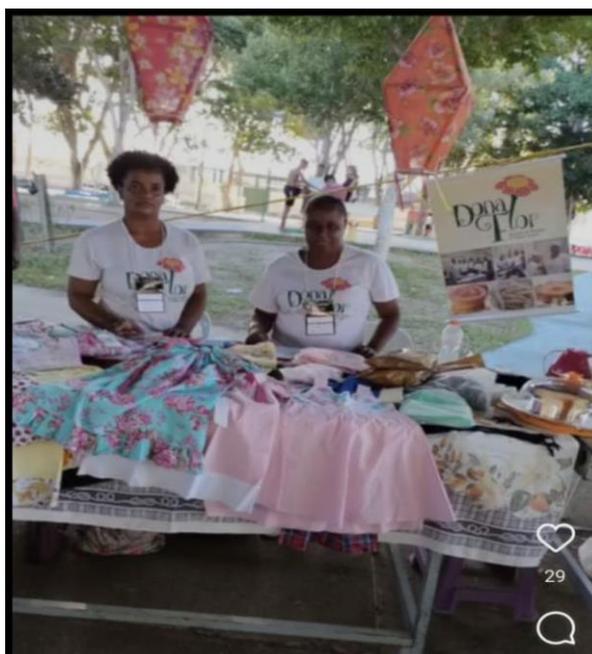


Foto 07 - Participação de mulheres da Associação Dona Flor na Feira expositiva do Congresso internacional de dez anos do Mestrado Profissional em Educação do Campo. Fonte: Viviane Santana/ 2023

Entretanto, a semente continuou sendo espalhada, é momento de regar e esperar o momento dela, nascer, crescer e desabochar, para em seguida fazermos a colheita. Assim como, criamos expectativas sobre nossas plantações. Não é diferente, sobre a colheita em campo como pesquisadora. Cada detalhe, tudo bem planejado, alguns correspondem as expectativas outras não.

Mesmo assim, segui, pois para pensar em concluir um curso de pós-graduação profissional é necessário pensarmos no produto final, para efetivação da conclusão da pesquisa realizada ao longo do Programa de Mestrado.

O produto educacional não pode ser compreendido apenas como uma ferramenta física, seja ele impresso ou virtual. Tem que ter um propósito social e educacional. O conteúdo deste produto traria, os saberes e fazeres do nosso povo negro que muito contribuíram e contribuem para a formação e continuidade do povo brasileiro.

Porém, nossa cultura dentro da escola é pouco citada, chegou o momento de darmos um basta. A cultura dominante, o sistema do patriarcado supremacista branco capitalista imperialista não pode exercer o poder absoluto. (bell hooks, 2022, p. 38)

Não bastava ser qualquer produto tinha que ter uma relação com o que o pesquisador vai pesquisar. O contexto e o público alvo, por isso escolhi fazer um material didático instrucional audiovisual e o caderno didático trazendo nas narrativas das mulheres, suas práticas ancestrais como agricultoras, dona de casa, rezadeiras, costureiras, doceiras e aposentadas da comunidade de Diógenes Sampaio.

Fiz a escolha desses produtos, por ser postado em plataformas digitais e poder ser utilizado como material didático pedagógico, que terá a internet como forma de circulação. Para uso nos diálogos e formações das associações, sindicatos, secretárias de educação e outros espaços educacionais.

Esse material, mostrará à sociedade de modo geral a mobilização das mulheres de Diógenes Sampaio, através dos saberes locais e ancestrais da comunidade, o pertencimento racial e identitário de um povo que existe e tem muito a ensinar e aprender com outros povos.

Os produtos gerados como resultados desta pesquisa, sugiro como instrumento de formação para os espaços sindicais, associações e escolas do campo. Demonstrando a nossa sociedade, a resistência e o legado do povo negro como colaborador da formação identitária, cultural e intelectual do povo brasileiro.

Um dos desafios encontrados, foi convencer as mulheres a serem gravadas e

terem sua fotos expostas na pesquisa. Pois as mesmas não estão acostumadas a ter suas imagens expostas nas mídias sociais.

Freitas (2021) salienta, que precisamos pensar no produto como um objeto que facilita uma experiência de aprendizagem, e a proposta do vídeo será esta. Divulgar, a cultura de uma comunidade, que traz consigo diversos saberes ancestrais, herdado pelo nosso povo negro.

Os caminhos percorridos para a efetivação deste produto foram a observação, o diário de campo, rodas de conversas com realizações de oficinas temáticas, acompanhamento as mulheres nos seus afazeres de casa, na busca de lenha na mata, na confecção de roupas, bolos, sequilhos e lambedores.

O percurso foi prazeroso, e cheio de inquietações. A cada encontro com as mulheres vinha em mente vários questionamentos que no percurso do mestrado não seria suficiente para responder. Como diz minha mãe, “o tempo é mestre do mundo e passa rápido”.

E o período do Mestrado é apenas dois anos, tempo insuficiente para responder a tantas inquietações que surgiram ao longo da pesquisa e que não daria conta nesses dois anos. Porém, de muitas experiências incríveis, e posso afirmar que foi maravilhoso para mim.

Durante esse percurso, trago na memória os olhares brilhantes das mulheres da associação diante as oficinas, diálogos realizados, escuta durante seus fazeres. Expectativa delas em dias melhores, através das atividades realizadas na associação Dona Flor e e em suas práticas do seu dia a dia, a expectativa em terem seus nomes e práticas divulgadas nesta pesquisa. Como falavam algumas delas, “essa pesquisa vai mostrar ao povo que agente e nossa comunidade existe”.

Durante o período ao lado dessas mulheres, todos momentos foram simbólicos, e uma das suas falas repetidas e marcantes, é o abandono do território, elas se sentem abandonadas, desprotegidas sem visibilidade fora da comunidade. Já nos lembra bell hooks (2022) nos seus escritos Pertencimento uma cultura do lugar, é necessário seguir as trajetórias das nossas ancestrais de modo a não silenciar as críticas a cerca do nosso lugar de origem.

Por isso, a necessidade de evoluirmos e dar continuidade ao processo, começamos a “ensaiar” os vídeos, algumas relutaram por não terem intimidade com a câmara. Outras se sentiam especiais, como todas são, vendo nesse material didático instrucional áudio visual a possibilidade de mostrar ao mundo suas práticas costumes e

valores.

Durante as gravações com poucas ferramentas tecnológicas contei com ajuda de muitas pessoas, foram momentos de aventuras. Lembro da gravação da Lagoa Grande, quando eu e minha amiga Marly tentávamos obter uma boa gravação, porém, o vento, a ladeira, os frágeis equipamentos não favoreciam, então abraçamos essa vivência como aprendizagem, diversão e superação e pertencimento de um lugar e uma história. “ Ao pertencer a uma paisagem, a gente sente uma certeza, uma sensação de lar, uma união de si e do mundo”. (HOOKS, 2022, p. 116)

Nesse sentido, posso dizer que o presente gênero documental audiovisual objetiva, apresentar a realidade de mulheres da comunidade campesina de Diógenes Sampaio, refletindo sobre vivências e história de vida, recorrendo a capacidade da imagem e som para registrar e reproduzir suas realidades.

As falas e imagens potentes, são passadas através das câmeras dos celulares de captura de vídeo, gravador de áudio visual, e iluminação doméstica, ou natural, onde registra os momentos individuais de gravação.

A cada ângulo projetado pela autora, que no momento sem experiência na produção audiovisual, operava a câmera para gravar, com intuito de escutar as colaboradoras através da entrevista narrativa, na qual as mulheres participantes deste momento transmitiram, em breves narrativas, sua história de vida. Cabendo ao expectador fazer sua interpretação, nas falas das participantes.

Nas entrevistas narrativas, onde as personagens individualmente dão seus depoimentos em um ambiente silencioso, foram feitas a captura das imagens com a câmera do celular em uma base, algumas gravações não ficaram legais gravamos novamente até conseguirmos a melhor qualidade com os equipamentos que tínhamos. Mais com um objetivo, proporcionar um produto com a melhor qualidade, dentro das minhas condições financeiras e tecnológica.

A gravação do som foi realizada, através do gravador do celular. As imagens da comunidade, foram feitas da câmera do celular usando uma base para fixá-la. E outra parte da comunidade e da cidade de Amargosa-BA, com a captação de imagem pelo drone. Porém, o da Lagoa Grande, com a câmara do celular onde ficamos no alto da montanha, para capturar a melhor imagem, ventava muito e a qualidade não ficou como planejado.

Na gravação dos depoimentos das mulheres, percebi que a câmera, filmando suas falas e movimentos causava um certo desconforto. E quem está filmando, fica na

expectativa que o entrevistado fale o que o entrevistador deseja escutar, e quando isso não acontece dá uma certa frustração.

Mais compreendo, que faz parte do processo, pois somos eternos aprendizes. Alguns vídeos tive que gravar várias vezes até se aproximar do objetivo que eu almejava. No início das gravações as mulheres ficavam tímidas, porém, ao longo da fala o pertencimento da sua identidade como mulher preta campesina expandia.

Do descaso social com elas, tomavam posse delas, potencializando suas falas naquele momento esquecendo da câmera e deixando sua alma falar. Sempre depois da gravação elas pediam pra eu deixá-las ver como ficou, (sorriam) quando se viam no vídeo e falavam “o povo da universidade vai assistir?” Respondia: “sim, o povo da universidade e todo o mundo, pois ficará disponível na internet”. Elas ficavam felizes!

Contudo, para a efetivação deste material didático instrucional audiovisual, ia sempre a comunidade dialogar e acompanhar as mulheres em suas tarefas do dia a dia, e em algumas fora da comunidade. Pois, apesar de ser desse território, nem todas as mulheres se sentiram confortáveis para falar de suas experiências.

Desse modo, após a efetividade das rodas de conversas realizadas, seria o momento de dar o próximo passo, a elaboração do produto. E assim iniciei, focando no mesmo durante todo o mês de novembro de 2023.

Inicialmente busquei, apoio nas instituições municipais para ajudar na elaboração, com empréstimos de equipamentos, ou profissionais para ajudar de alguma forma. Porém, não obtive sucesso, recorri a universidade através de uma bolsa para ajudar no custeio deste, nas filmagens, equipamentos, custeio para deslocamento, pois trabalho e moro na cidade, e vou a comunidade aos finais de semana, ou duas ou três vezes na semana.

Porém, não fui contemplada, pois mesmo comprovando que meu vínculo empregatício com o trabalho temporário se encerrava no início do mês de dezembro do ano de 2023, não aceitaram. Enfim, algumas pessoas solidárias tentaram ajudar com empréstimo de equipamentos, mas aconteceram imprevistos, então recorri ao que tinha, os meus e a ajuda das amigas e orientadora.

Agendei com as mulheres e fui ao seu encontro, para gravar os vídeos. As entrevistas foram individuais e cada uma no dia que as mulheres tinham disponibilidade para contribuírem com esse trabalho. Por fim, depois de várias idas e vindas a comunidade consegui obter um material. Contratei o trabalho de um profissional da área de informática que o editou. No dia 24/02/2024 (vinte e quatro de

fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro) das 14:00 às 17:00h, realizei no salão da igreja católica local, um encontro para escutar e dar devolutiva da pesquisa as colaboradoras e moradores da comunidade de modo geral.

Pessoas que através das memórias dos/das nossas mais velhas, narraram a história do nosso povo e do território de origem. A felicidade nos olhares de cada um/uma presente era visível. Principalmente das colaboradoras, que deram a entrevista para a produção do audiovisual. Após assistirem, abri uma roda de conversa, para escutar todos/todas presentes, ou seja, quem desejasse falar sobre o material assistido. O jovem Danilo de 37 anos, falou,

Conheço um pouco da nossa história, e esse vídeo me chamou a atenção para aspectos antes não despertado. A atenção para a mulher negra, e a atenção para a cultura religiosidade e crenças, e atenção para o meio ambiente. A questão ambiental, me chamou a atenção, pois nunca tinha observado a margem da nossa lagoa grande, que é uma fonte de subsistência. E eu estou me questionando aqui? O que fazemos para preservar? Pude observar que nossas margens virou um local de pastagem e mi pergunto como está acontecendo a educação ambiental e do campo? Como estamos cuidando das nossas nascentes? E quero pensar junto com todos presentes algo para preservarmos nossa lagoa e nosso meio ambiente que estão desmatando e estamos calados, achando natural. Percebi a importância da educação do campo, para nós moradores do campo, na fala de valdeli, percebi a ausência de políticas públicas para o campo na época que ela estudava e agora o que mudou? Por outro lado quero dizer a vocês que temos que mudar essa visão que só na cidade, é lugar de educação, de gente de classe, que você tem que se comportar de acordo com as regras e não com a nossa cultura. Eu chamo hoje, o genocídio da própria cultura, pois quando temos que destruir nossa cultura para seguir outra, como se a cultura do outro fosse melhor e maior na minha opinião é o que desintegra a comunidade pra me é o que gera a desigualdade. É o que gera as grandes fontes de preconceito. (DANILO, 24/02/2024)

Percebo na fala desse jovem rapaz, diversos aspectos a serem explorados, e a relevância dessa pesquisa para a percepção do território e da cultura como todo. Diante dessa fala, ele e algumas pessoas da comunidade se propuseram a pensar em estratégias e projeto local para a preservação do meio ambiente, iniciando pela conscientização dos moradores.

Usando a educação do campo, como porta voz para a realização desse trabalho onde foi pensado em usar o audiovisual mais vezes, pelos moradores para conscientizá-los, programar e documentar com propostas práticas de preservação do meio ambiente e valorização das crenças ancestrais.

A jovem Sandra de 28 anos, também expressou seu olhar acerca do que viu a partir do vídeo documentário relatando:

Esse vídeo traz o que não vejo a tempo, as crenças dos nossos ancestrais, não se fala dos ancestrais, só se falam na cultura europeia branca que se diz ser

superior. Vivemos em uma sociedade que acha que essa é a cultura correta. A cultura que salva, que liberta e essa segunda entrevista nos vem falar da nossa cultura, da nossa ancestralidade mais ninguém quer falar porque nos remete a uma visão demoníaca, uma visão de ignorância. Percebo como uma educação urbana e branca destrói uma cultura rural, uma cultura é, de ancestralidade.(SANDRA, 24/02/2024)

Meu olhar de pesquisadora, observou que a pesquisa despertou nos moradores locais, nuances que estavam passando sem um olhar direcionado para nossa cultura, história local e dos nossos antepassados. As pessoas presentes, tinham “sede” de falarem e serem escutados/escutadas. Foram relatos lindos e potentes, nos quais coletivamente pensavam em ações para melhorar aspectos na cultura, no meio ambiente, na educação e nos fazeres ancestrais .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na minha trajetória de vida, aprendi que todo ciclo que se inicia e um dia se conclui. E nestas escritas finais, trarei meus sentimentos ao longo desses dois anos, na efetividade desta pesquisa. Como mulher negra campesina e professora, tive a oportunidade de compartilhar momentos preciosos ao lado de cada moradora/morador da comunidade de Diógens Sampaio.

No início das rodas de conversas percebi perfis de mulheres tímidas, traumatizadas por algum fato doloroso de suas vidas. No final, percebi mulheres mais empoderadas, não que no início das oficinas elas não fossem. Porém, os debates trazidos ao longo das nossas conversas, possibilitaram a elas um olhar mais amplo a cerca dos fatos das suas trajetória de vida.

Mulheres, que antes tinha medo ou vergonha de falarem, a palavra NÃO a seus companheiros/as, patrões ou outras pessoas. Ao longo desse tempo que denominei de formação, percebi que elas fortaleceram sua identidade campesina, de gênero e raça e agora fazem escolhas mais “assertivas” para suas vidas.

Percebi a importância da educação do campo, como fator de transformação social, costume falar que a educação nos devolve a dignidade e direitos que um dia nos foram retirados. O quão importante é, podermos levar a educação para diversos espaços, pois a educação é como a brisa do sol, que adentra aos espaços mesmo quando as portas não se abrem.

Foi visível o despertar dos moradores da comunidade durante a devolutiva da

pesquisa, é como se tudo que levei fosse “desconhecido” para eles/elas. É como se uma “viseira” fosse tirada dos seus olhos. Cada um/uma trazia sugestões e estratégias diante o que eles/elas perceberam ao longo do vídeo documentário.

Sobretudo, como pesquisadora e pertencente a comunidade, o meu sentimento foi de “realização interior”, que as palavras serão insuficientes para expressar. Senti que contribuí através das memórias dos próprios moradores, com o despertar para um cuidado melhor com nossa ancestralidade, a preservação do meio ambiente da comunidade, preservação e resgate das nossas práticas ancestrais, valorização da educação do campo e a importância dela na vida de uma pessoa.

A percepção e auto afirmação racial e de gênero, pois no início das rodas de conversa, percebi que algumas mulheres tinham vergonha da sua cor de pele, em falar da condição da mulher negra na sociedade, de violências sofridas pela condição de ser mulher, dentre outras questões que não rememoro no momento.

No nosso último encontro, percebi falas diversas que remetem a valorização da população negra, em ser mulher negra e principalmente valorização do nosso lugar de origem. Assim, compreendo esse trabalho como uma mensagem dessas pessoas para a educação do campo, pois a sociedade é diversa, e são necessárias ações eficazes que pensem nos diversos perfis presentes no campo.

Não podemos continuar na sociedade contemporânea, pensando em ações e currículos urbanos para os corpos negros camponeses. As pessoas do campo, tem que se perceberem no processo educacional, cultural e histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M . Diversidade. . In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. **O Direito à Educação e a Nova Segregação social e Racial – Tempos insatisfatórios?** Educação em Revista, Belo Horizonte, v.31, n° 3, p. 15-47. Julho – Setembro 2015.

AVELINO, Camila Barreto Santos. **Os sentidos da Liberdade:** trajetórias, abolicionismo e relações de trabalho no vale do cotinguiba no pós-abolição (Sergipe, 1880-1930) . Hebe Mattos, orientador. Niterói, 2018. 293 f. II.

BISPO, Antônio dos Santos. **Terra dá, a terra quer**. Imagens de Santidio Pereira; Texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo: Ubu /PISEAGRAMA/ 2023.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

CALDART, Roseli Salete .Educação do Campo. In:, PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. **Elementos para Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. Revista Trabalho Necessário, v. 2, n. 2, 14 dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644>. Acesso em: 23/01/2023.

_____. **Educação do campo:** Notas para Análise de Percurso. Trab. Educ. saúde, Rio de Janeiro, v.7, nº1, p.35-64. Mar/Jun. 2009.

CARNEIRO, Sueli Carneiro. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados. 17(49), 2003.

CASTIANO, José P. Currículo Local como Espaço Social de Coexistência de Discursos. **Comunicação apresentada na Conferência Nacional de OSSRE**. Maputo, 2000. in <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3092>.

CLIMACO, Josiane Cristina. **Cultura corporal e matrizes africanas:** proposição crítica superadora para o ensino da dança na formação de professores de educação física. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução livre. Plataforma Gueto – 2018. 1ª publicação na Grã Bretanha pela the women’s Press, LTDA em 1982.

LORY-MOMBERGER, C. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica**. Tradução de Anne-Marie Milon Oliveira. Revista Brasileira de Educação, v. 17 n. 51 set/dez. 2012, p. 523- 536.

EVARISTO, C. **A Escrivivência e seus subtextos**. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Org.) **Escrivivência:** a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Org.) **Escrivivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade. História de escravos e Libertos na Bahia** (1870-1910). Campinas: editora da unicamp, 2006. ISBN 85- 268-0741-2, p. 36.

FREITAS, Rony. **Produtos Educacionais na área de Ensino da Capes:** o que há além

de forma? Educação Profissional e Tecnologia em Revista, v.5, nº 2, 2021.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados; a questão da ciência.** Para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5) 1995: pp.07 – 41.

HENRIQUES, Cibele da Silva. **Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe:** a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito a educação superior no Brasil. ANDES – SN, Rio de Janeiro, Jun. 2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Trásgredir:** a educação como prática da liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla – São Paulo: editora WMF. Martins fontes. 2013.

_____. **Sou eu uma Mulher.** Mulheres Negras e feminismo. 1º edição 1981. Tradução livre para plataforma Gueto. Janeiro de 2014.

_____. **O Feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras/ Tradução Bhuvi Libanio – 18º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

_____. **Pertencimento:** uma cultura do lugar. Editora: editora (1 de janeiro 2022).

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. Autora: bell hooks. Editora: Elefante. 2021.

QUINTANA, A. M. **A ciência da benzedura:** mau-olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise / Alberto Manoel Quintana. – Bauru, SP: EDUSC, 1999.

GIVIGI (Matambale), A. C. N., AVELINO (Makota), C. B. S., & DORNELLES (Kokulehooxi), P. G. (2021). **Mulheres que nascem do barro:** o legado de candomblé e a filosofia de suma qamaña na construção do território-caxuté. *Cadernos Macambira*, 4(2), 69–73. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/37>. Acesso em 23/01/2023.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura Brasileira. Apresentado na Reunião do grupo de trabalho. Temas e problemas da população negra no Brasil., IV Encontro atual da Associação Brasileira de pós- Graduação e Pesquisa nas Ciências sociais , Rio de Janeiro , 31 de outubro de 1980. _____(org) Flavia Rios e Marcia Lima. **Por Um Feminismo Afro LatinoAmericano.** Ensaios, intervenções e diálogos. Zahar. Rio de Janeiro – RJ. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador:** Saberes construídos na lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo osf e CALDART, Roseli Salete (organizadores). **Educação do Campo:** Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF Articulação Nacional por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo nº4.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação.** Episódios de Racismo Cotidiano.

Tradução Jess oliveira . 1º ed- Rio de janeiro: Cobogó 2019.

LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (organizadoras). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação.** 6 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas** – São Paulo : EPU, 1986.

LIMA, Ludmila Lis Andrade de; LIMA, Fátima; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. **Mulheres Negras, Subjetivação e trauma colonial: Bem viver e futuridade.** Revistada ABPN.V.14, nº Ed. Especial. Outubro 2022. p- 60-77.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial.** Estudos Feministas, Florianópolis, 22 (3) : 320, Setembro –Dezembro/2014.

_____. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalid y opresiones múltiples. **Pensando las feministas em Bolívia;** serie Foros. 2. 1ª ed. LaPaz, Conexion Fondo de Emancipacion, 2012, pp. 129 -140.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa Implicada Currículo e Formação.** Espaço do currículo , v.5,n1, pp. 176-183, Junho a Dezembro de 2012.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias de gênero? Se e com os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências.** Estudos Feministas, Florianópolis, 16 [2]: 440, maio/agosto, 2008.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória: o reinado do rosário no Jatobá.** São Paulo: Perspectiva: Belo horizonte; Mazza edições, 1997 – coleção perspectiva.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAISO, Marlucy Alves, (organizadores). **Metodologias de Pesquisas Pós – crítica em Educação.** Horizonte: Mazza edições, 2012.

MESSEDER, Suely. **O/A pesquisador/a encarnado/a e a construção dos princípios: aliança, conexões e compromisso.** Anais. Seminários Avançados: Perfil do Crítico Cultural/2020 - Pós-Crítica/UNEB, p. 439-451.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. DESLANDES, Romeu Gomes, (org). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.* Petrópolis-RJ, ed. Vozes, 2016.

MIRANDA, Eduardo oliveira. **Corpo – território & educação decolonial: proposições afro-brasileira na invenção da docência** – salvador: EDUFBA, 2020.

MORRISON, Toni. **O Sitio da Memória** in A Fonte da Autoestima. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. P. 305-117.

NASCIMENTO, Alane Santos do. **As experiências de mulheres negras camponesas do assentamento da Fazenda Sururu de Queriez Barzedo / BA: escutas, disputas e composições investimentos descoloniais na Educação do Campo** – Amargosa, Bahia,

2021.

MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre raça ação afirmativa e identidade negra no Brasil**: fundamentos antropológicos. Revista USP, São Paulo, n .68 p. 46-57 Dezembro/ Fevereiro 2005 – 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. **Narrativas transatlânticas de mulheres negras** – 1 ed. – salvador, Ba; Diálogos insubmissos de mulheres negras, 2022.

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes do; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. **Rodas de Conversa e oficinas temáticas**: experiências metodológicas de Ensino-Aprendizagem em Geografia. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia de 30 de Agosto a 2 de Setembro de 2009. Porto Alegre.

NASCIMENTO, Wanderson flor do; BOTELHO, Denise. **Educação e resistência nos candomblés**. Revista Educação e Cultura Contemporânea. Volume 17, número 48, 2020. PPGE/ UNESA. Rio de Janeiro, 2020.

_____, Wanderson do Flor. **Entre apostas e heranças**: Contornos africanose afro- brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: NEFI, 2020- (coleção Ensaios, 6).

PIETROWSKI, Karla Adriana Chenpcik. **Participação Feminina no Magistério no Paraná**. Monografias- Universidade Tuiuti do Paraná. História. 2011.

PIMENTA, Tânia Salgado. **Curas, rituais e amansamento com plantas entre escravizados e libertos no Rio de Janeiro**, entre as décadas de 1810 a 1850. Fundação Oswaldo cruz/ casa de oswaldo cruz. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, Belém, v.17 n.1 e 20210076, 2022.

REIS, Maíra Lopes dos “**A Universidade não é um espaço feito para gente, mas a gente está ocupando**”: mulheres camponesas na licenciatura em educação do campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB / Maíra Lopes dos Reis – 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo, civilização brasileira, 1995. Ler;Matrizes étnicas (p. 29-37) e moinhos de gastar gente (p. 106 – 133).

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RHODEN, J. L. M., & ZANCAN, S. (2020). **A perspectiva da abordagem qualitativa narrativa de cunho sociocultural**: possibilidade metodológica na pesquisa em educação. Educação, 45(1), e61/ p. 1–22.

RUFINO, Luiz. SIMAS, Luiz Antonio. **Encantamento**. MV Serviços e editora. Rio de Janeiro – RJ 2020.

_____, Luiz. **Pedagogia da Encruzilhada**. Revista Exitus, Santarém /PA. Vol 9, nº 4, pág 262-289, ad/ Dez 2019.

- SANTOS, Angela Maria dos. **Vozes e silêncio do cotidiano escolar**: análise das relações raciais entre alunos negros e não- negros em duas escolas públicas no município de Cáceres - MT, (Dissertação de Mestrado) Cuiabá: UFMT/IE, 2006.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, modos e significados**. Editora CQMEPI. Brasília. 2015.
- SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território**. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SACRAMENTO, Eleonice Conceição. **Da Díspora Negra ao Território das Águas**. Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-Ba. Brasília. Agosto de 2019.
- SANTOS, Joice Ferreira dos. **O papel das mulheres camponesas na conservação dos saberes populares e tradições culturais, na comunidade quilombola sapé, sossego e guariba, condeúba - Bahia**. UFRB, Amargosa- Ba, 2022.
- SANTIAGO, Celiane Ribeiro Miranda. **Educação do Campo e feminismo descolonial**: protagonismo e articulação coletiva com as mulheres da Lagoa da Boa Vista, Seabra, BA. 2023.
- SANTOS, Sílvia Karla Almeida dos. **Estudos de Gênero**: Em busca de outros Caminhos. Artigo apresentado In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Educação, Saúde. Movimentos Sociais, Direitos Sexuais e Direitos Representativos. 20 a 31 de julho de 2009. Salvador- Ba.
- SANTANA, Viviane dos Santos . **Eu, Preta, Mulher... Universitária** – Amargosa; UFRB/ BA, 2014.
- SILVA, Leonice de Jesus. **Etnicidade e cura entre benzedeiiras quilombolas de Rio de Contas – Ba**. Jéque, 2017. 118 f.
- SILVA, Juliana et al. **A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia**. Revista Feminismos. Vol.8, N.3, Set. - Dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/4211>. Acesso em 04.abril.2024.
- SOUZA, Elizeu Clementino de; MEIRELES, Mariana Martins de. **Olhar, escutar e sentir**: modos de pesquisa – narrar em educação. Revista Educação e Cultura Contemporanea .v. 15, n 39. Submetido em 31/ 03/2018 aprovado em 12/06/2018.
- XAVIER, Giovana. **Ciência de Mulheres**: um experimento de insubmissão. Saúde debate. Rio de Janeiro. V,45,n especial1, p.51-59, outubro 2021.

ANEXOS

APÊNDICE 1 – Roteiro da entrevista narrativa/ Roda de conversa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

<https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/>

ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA

Nome completo _____

A senhora tem apelido? Qual? _____

Idade _____

Bloco pessoal

1.0- Desde quando a senhora mora na Comunidade de Diógenes Sampaio?

1.1- O que a senhora sabe sobre esse lugar?

1.2- Com quantos anos começou a trabalhar? Fazendo o que?

1.3- A senhora frequentou a escola? Onde e como era? Se sim, até que série? Se não, porquê?

1.4 - A senhora é casada? Tem filhxs?

1.5 - Onde teve? Hospital ou em casa?

1.6 - Quem fez o parto?

1.7- Quando seus filhos adoeciam levava onde? A senhora dava alguns chás a ele/a?

1.8- Caso sim? Quais? Para que servem?

Bloco de saberes

2.0- A senhora toma algum remédio? Caso sim, Qual?

2.1- E Chás? Quais? Para que serve?

2.2- As pessoas lhe procura para ensinar chás ou folhas para faze-los?

2.3- A senhora já rezou ou ainda reza nas casas das pessoas? Se sim, que reza é?

2.4- A senhora já fez lambedores ou outros remédios caseiros?

2.5- Sua mãe, ou outra pessoa lhe ensinou a fazer algum remédio caseiro? Ou algum trabalho do campo?

Bloco vivências

3.0- A senhora gosta de morar aqui no campo?

3.1- Quais eram as atividades do campo que a senhora realizava? Ou ainda realiza?

3.2- A senhora já trabalhou no ganho?

3.3- A forma de trabalho do seu tempo mudou para os dias e hoje?

3.4- De que forma?

3.5- Sente saudade de algum trabalho do seu tempo que hoje a senhora não vê as pessoas fazendo mais?

3.6- Caso sim, Qual?

Bloco de gênero e Raça

4.0- Como é ser moradora do campo?

4.1- A senhora já foi discriminada por morar no campo? Ou por outra razão? Qual?

4.2- A senhora tem amigas? Caso sim, gostam de fazer algum trabalho juntas?

4.3- Morar no campo já lhe prejudicou em algo?

4.4- Alguém já falou algo da cor da sua pele? O que?

4.5- A senhora gosta da cor da sua pele?

4.6- Alguém já falou algo sobre sua cor?

4.7- A senhora já foi prejudicada por alguém por ser mulher?

4.8- Tem alguma mulher que a senhora admira? Caso sim, quem?

APÊNDICE 02 – Roteiro da entrevista narrativa/ Gravação do vídeo audiovisual



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

<https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo>

ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA

Qual seu nome?

Profissão?

Mora na comunidade desde quando?

Com quem aprendeu a profissão?

Frequentou escola? Onde?

Já ensiou alguém o seu ofício? De que forma?

Como você vive aqui? E como aprendeu a ser mulher ? E preta?

Como é ser uma mulher preta?

Você acha que a mulher negra é inferior a branca?

Quais os espaços você busca para dialogar e se fortalecer?

APÊNDICE 03 – Roteiro da entrevista narrativa/ Gravação do vídeo audiovisual



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

<https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo>

TERMO DE CONSENTIMENTO

AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na pesquisa, intitulado **Elas Resistem! Os Saberes e fazeres Das Mulheres pretas de Diógens sampaio, Amargosa- Ba** e também nas peças de comunicação que será veiculada nos canais da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFRB e qualquer outro meio de veiculação. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de

direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e voz ou a qualquer outro, e assino a presente autorização .

_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura)